



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 046

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 046

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ata de Posse 03

Mensagens 03

Ofícios 04

Indicações 04

Recursos 09

Requerimentos 11

Projetos de Lei 22

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 24

Dep. Professor Lemos 25

Dep. Tadeu Veneri 25

Dep. Antonio Belinati 26

Dep. Elio Rusch 28

Dep. Mauro Moraes 29

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto 29

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 26

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 31

Liderança do PT

Dep. Waldyr Pugliesi 34

Liderança do PT

Dep. Professor Lemos 35

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 36

Discussão/Votação

Redação Final 38

3ª Discussão 38

2ª Discussão 38

1ª Discussão 39

Requerimentos 44

Encerramento da Sessão 48

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 48

Diretoria Geral

Portarias 50

DIÁRIO Nº 046

43ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2009

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelo Sr. Deputados Dr. Batista e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Duílio Genari, Luiz Nishimori, Osmar Bertoldi e Pedro Ivo (05).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões, Fábio Camargo, Plauto Miró (03).

Em licença médica o Sr. Deputado Ribas Carli Filho(01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ata da Posse

ATA DE POSSE DE DEPUTADO ESTADUAL

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e nove, na sala da presidência da Assembleia Legislativa do Estado, o Sr. Presidente Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa, convidou o Sr. Ademir Bier, para assumir a cadeira de Deputado Estadual, na vaga deixada pelo Deputado Geraldo Cartário. Em seguida o Sr. Presidente convidou o Sr. Ademir Bier para prestar compromisso previsto nos parágrafos 3º e 5º do artigo 4º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa do Estado. O compromisso prestado foi o seguinte: “Prometo guardar a Constituição Federal e Estadual, desempenhar lealmente o mandato que me foi confiado pelo povo paranaense e promover o bem estar do nosso Estado”. Encerrando o ato, o Sr. Presidente declarou empossado no cargo de Deputado Estadual o Sr. Ademir Bier e determinou a lavratura da presente ata de posse e sua publicação no Diário da Assembleia para que produza os efeitos legais e regimentais. A presente ata vai assinada pelo Exmo. Sr. Deputado Nelson Justus, Presidente do Poder Legislativo e por mim, Abib Miguel, Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ABIB MIGUEL - Diretor Geral

ADEMIR BIER - Deputado Estadual

Mensagens

MENSAGEM N° 025/09

Curitiba, 06/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para quer apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de São José dos Pinhais, do imóvel com área total de 5.752,25m2, proveniente da unificação dos lotes 01 a 07 e 12 a 18, da quadra 05, na localidade denominada Ressaquinha, naquele Município, registrado sob Matrícula n° 11764, da 1ª Circunscrição de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

A medida ora proposta consulta aos elevados interesses públicos, eis que a referida área será utilizada, exclusivamente, para a implantação do Centro de Atendimento ao Adolescente - Caminho da Cidadania.

A presente doação fica gravada com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade, e de que o imóvel retornará ao patrimônio do Estado, caso se comprove destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de São José dos Pinhais, do imóvel com área total de 5.752,25m2, proveniente da unificação dos lotes 01 a 07 e 12 a 18, da quadra 05, na localidade denominada Ressaquinha, naquele Município, sob Matrícula n° 11764 da 1ª Circunscrição de Registro Geral de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º O imóvel em questão será utilizado, exclusivamente, para a implantação de Centro de Atendimento ao Adolescente, retornando ao patrimônio do Estado caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º A presente doação será gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 026/09

Curitiba, 06/05/09.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matelândia, imóvel constituído pelo lote urbano n° 04, da Quadra 68, conforme Matrícula n° 15538, do Registro Geral de Imóveis daquele Município.

A proposta visa atender o anseio da administração municipal que pretende instalar no local acima referido, Instituição Museológica, aprovada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Matelândia, de imóvel constituído pelo Lote Urbano n° 04, da Quadra 68, naquele Município, conforme matrícula sob n° 15538 do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Matelândia.

Art. 2° O imóvel em questão destina-se, exclusivamente, para a implantação do Museu Municipal, retornando ao patrimônio do Estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3° A presente doação será gravada com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 4° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o n° CEE/CC 1486/09 do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei n° 405/08 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 698-GS do Sr. Rogério Golçalves Thomé - Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado da Segurança Pública, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Marcelo Rangel, que solicita esclarecimentos sobre o Instituto Médico Legal dos Municípios de Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

OFÍCIO N° 074/09

Curitiba, em 11/05/09.

Senhor Presidente:

Vimos pelo presente comunicar que, por motivos alheios à nossa vontade, estamos cancelando a Audiência Pública requerida por este mandato, a qual se realizaria no próximo dia 20 de maio do corrente nas dependências do plenarinho desta Casa Legislativa sob o tema Acesso e Permanência das Pessoas com Deficiência no Serviço Público.

Atenciosamente,
(a) PROFESSOR LEMOS

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 1068/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no inciso VIII do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado,

R E S O L V E :

conceder ao Deputado Ribas Carli Filho, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 11/05/09.
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1° Secretário
VALDIR ROSSONI - 2° Secretário

Indicações

INDICAÇÃO N° 582/09

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto no cruzamento da avenida América com avenida Maranhão, na Cidade de Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto no cruzamento da avenida América com a avenida Maranhão, na Cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 11/05/09.
(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um cruzamento de vias, públicas com grande fluxo de veículos, onde frequentemente ocorrem acidentes. Como a instalação de semáforos se apresenta inviável em razão da existência de aclave no local, a construção de um viaduto seria a melhor forma de proporcionar maior segurança aos condutores neste trecho.

INDICAÇÃO Nº 583/09

SÚMULA:

Solicita ao Exmo. Sr. Governador do Estado a doação de imóvel à Associação dos Deficientes Físicos do Paraná.

Ao. Exmo. Sr. Governador do Estado:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná para solicitar o que segue:

1 - Seja efetuada a doação, à Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, do imóvel constituído pelo lote de terreno H-1, subdivisão do lote H, do croquis 4.777 da Prefeitura Municipal de Curitiba, situado à Rua XV de Novembro, 2.765, Alto da XV, conforme Matrícula nº 44.458, do Registro Imobiliário da 3ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal indicação solicita a doação do imóvel acima descrito, que já é utilizado pela Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP, há mais de 20 (vinte) anos, sendo objeto de comodato, o que restringe sobremaneira a possibilidade de expansão e obras de melhorias físicas no imóvel, daí a necessidade desta doação, que fará justiça a uma situação fática duradoura, qual seja a utilização plena do imóvel pela referida associação, ademais junta-se um breve histórico da entidade com toda a documentação comprobatória da idoneidade da mesma.

INDICAÇÃO Nº 584/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada urgentemente a ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda (Município de Ubatã) e o Município de Quarto Centenário.

Ao. Exmo. Sr. Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada urgentemente a ligação asfáltica entre o distrito de Yolanda (Município de Ubatã) e o Município de Quarto Centenário.

2 - tal medida se faz necessária ante o benefício que trará aos produtores da região, sendo solicitação antiga do Município de Ubatã.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atende a demanda antiga e mais do que necessária do Município de Ubatã, sendo esta causa também defendida pela ACAMDOZE.

INDICAÇÃO Nº 585/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de São José dos Pinhais.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 586/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Santo Antônio da Platina.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 587/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Tibagi.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Tibagi.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 588/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Tijucas do Sul.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais ente os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 589/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Piraquara.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Piraquara.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais ente os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 590/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Piraí do Sul.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais ente os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 591/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Pinhais.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais ente os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 592/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Siqueira Campos.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Siqueira Campos.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais ente os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO Nº 593/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Campina Grande do Sul.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 594/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia de ecografia para o Município de Castro.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Castro.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 595/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Cerro Azul.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 596/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Colombo.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Colombo.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 597/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Contenda.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Contenda.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 598/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Matinhos.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 599/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Mato Rico.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Mato Rico.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 600/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia de ecografia para o Município de Santa Mariana.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Santa Mariana.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 601/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Pinhais.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Pinhais.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 602/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Morretes.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 603/09

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Piraí do Sul.

Ao. Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Piraí do Sul.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da saúde no Município.

INDICAÇÃO Nº 604/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, a implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Rancho Alegre d'Oeste.

O Deputado que o presente subscrevem, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Saúde, a implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Rancho Alegre d'Oeste.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Japurá possibilitará atendimento mais ágil na área da saúde, oferecendo serviços gratuitos de ginecologia e obstetrícia, ultrassonografia, exames laboratoriais e outros, os quais possibilitarão agilidade no atendimento e diagnóstico, permitindo um tratamento mais eficaz.

Dessa forma o Município obterá maiores resultados com o Programa de Saúde da Mulher, além de agilizar a realização de exames especializados, a clínica da mulher será um centro especializado para atender gestantes, mães e bebês recém nascidos.

INDICAÇÃO Nº 605/09

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, atenção especial à necessidade de implantação do Curso de História na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM.

Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria de Estado a dedicar atenção especial à necessidade de implantação do Curso de História na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM.

II - Reivindicação antiga da sociedade mourão-ense, o Curso de História em muito beneficiaria toda a comunidade local e regional. Apelos recorrentes da comunidade nos impelem a uma constante cobrança desta Secretaria para que tome medidas que viabilizem com a maior urgência o seu atendimento.

III - Segundo informações obtidas, a implantação do curso de História na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão - FECILCAM - já teria passado por todos os trâmites junto ao Conselho Estadual de Educação.

IV - A proposição que se faz é pela inclusão em substituição ao curso de Geografia que hoje é oferecido no período da tarde e com pouca procura.

IV - É de conhecimento de todos, o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do Estado do Paraná e a defesa do sistema de educação e de saúde tem sido nossas mais importantes bandeiras, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas, por isso ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Recursos

RECURSO DE PLENÁRIO CONTRA A DECISÃO PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 424/08

Recorrente: Deputado Luiz Fernandes Litro (Autor do Projeto).

Com base no artigo 33, “a” do Regimento Interno desta Casa de Leis interpomos o presente recurso pelas seguintes razões:

I - Pelo Deferimento do Recurso:

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer ao projeto de lei em análise na data de 24/03/09, opinando pela rejeição do projeto em tela.

O citado parecer ainda não foi publicado no Diário da Assembleia, acarretando a não prescrição do prazo legal, já que o mesmo inicia como dita o Regimento Interno com a publicação do parecer. Sendo o presente recurso tempestivo.

II - Pelas Razões do Recurso:

Através do presente meio requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, pelas seguintes razões:

A matéria contida no projeto de lei em análise é meramente autorizatória.

Outrossim, o projeto de lei de nossa autoria é de relevante interesse público, já que prioriza a saúde, valores de extrema importância para a sociedade e para a economia paranaense.

Ressaltamos, ainda, que a nossa proposição está em consonância com a Lei nº 13393, de 21/12/02. Esta lei é de cunho autorizatório criando o Núcleo Regional da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, com sede na Cidade de Dois Vizinhos e jurisdicionado pelos Municípios que especifica. Tal dispositivo legal abre precedente para o pedido em questão, ou seja, que seja revista a decisão da Colenda Casa de Leis.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente recurso.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

PROJETO DE LEI Nº 424/08

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional da Secretaria da Saúde, com sede na Cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º Além do Município sede, ficam jurisdicionados ao Núcleo de Dois Vizinhos os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge d'Oeste.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual fica da mesma forma autorizado por esta lei a estabelecer todas as normas necessárias para a criação do Núcleo, inclusive à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional da Saúde, com sede na Cidade de Dois Vizinhos.

O núcleo terá como abrangência os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge d'Oeste.

Com a apresentação da proposição objetiva-se uma maior agilidade na prestação de serviços à comunidade de Dois Vizinhos e região, com um pronto atendimento ao acompanhamento dos problemas e das necessidades da população referente à saúde.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

**RECURSO DE PLENÁRIO CONTRA A DECISÃO
PELA INCONSTITUCIONALIDADE DO
PROJETO DE LEI Nº 423/08**

Recorrente: Deputado Luiz Fernandes Litro (Autor do Projeto).

Com base no artigo 33, “a” do Regimento Interno desta Casa de Leis interpomos o presente recurso pelas seguintes razões:

I - Pelo Deferimento do Recurso:

Esta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer ao projeto de lei em análise na data de 24/03/09, opinando pela rejeição do projeto em tela.

O citado parecer ainda não foi publicado no Diário da Assembleia, acarretando a não prescrição do prazo legal, já que o mesmo inicia como dita o Regimento Interno com a publicação do parecer. Sendo o presente recurso tempestivo.

II - Pelas Razões do Recurso:

Através do presente meio requeremos o não acatamento da decisão do colegiado, pelas seguintes razões:

A matéria contida no projeto de lei em análise é meramente autorizatória.

Outrossim, o projeto de lei de nossa autoria é de relevante interesse público, já que prioriza o direito da criança e do adolescente, valores de extrema importância para a sociedade e para a economia paranaense.

Ressaltamos, ainda, que a nossa proposição está em consonância com a Lei nº 13393, de 21/12/02. Esta lei é de cunho autorizatório criando o Núcleo Regional da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento, com sede na Cidade de Dois Vizinhos e jurisdicionado pelos Municípios que especifica. Tal dispositivo legal abre precedente para o pedido em questão, ou seja que seja revista a decisão da Colenda Casa de Leis.

Pelo que solicitamos o deferimento e acatamento do presente recurso.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

PROJETO DE LEI Nº 423/08

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a criar o Núcleo Regional do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, com sede na Cidade de Dois Vizinhos.

Art. 2º Além do Município sede, ficam jurisdicionados ao Núcleo de Dois Vizinhos os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge d'Oeste.

Art. 3º O Poder Executivo Estadual fica da mesma forma autorizado por esta lei a estabelecer todas as normas necessárias para a criação do Núcleo, inclusive à criação de dotações orçamentárias específicas para tal finalidade.

Art. 4º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21/10/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Núcleo Regional do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, com sede na Cidade de Dois Vizinhos.

O núcleo terá como abrangência os Municípios de Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Salto do Lontra, Verê e São Jorge d'Oeste.

Com a apresentação da proposição objetiva-se uma maior agilidade na prestação de serviços à comunidade de Dois Vizinhos e região, com um pronto atendimento ao acompanhamento dos problemas e das necessidades da população.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2039

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para viagem a São Paulo, entre os dias 07 e 09/05/09, para participação no Encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2062

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente, REQUER que seja concedida autorização/designação para comparecer ao Seminário Integração Sul-Americana na Saúde, nas

questões aduaneiras e na legislação de trânsito, promovido pela União de Parlamentares Sul-Americanos e do MERCOSUL - UPM, a realizar-se em Florianópolis, entre os dias 07 e 09 de maio do corrente ano, com a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 128 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2124

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, afastamento de suas funções por 5 dias a contar de 11 de maio do corrente, para realizar viagem a Brasília, acompanhando lideranças políticas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO N° 2136

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER informar a viagem dos dias 13 à 17/05/09, para a Colômbia e Venezuela.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2146

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, na qualidade de Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a essa Mesa Executiva, após ouvido o Plenário, autorização para viajar para o Município de Rio de Janeiro, entre os dias 18 e 20 do corrente mês no evento Seminário Nacional de Urbanismo, Paisagismo e Arborização Urbana - URBVERDE. Os organizadores do evento fizeram um convite formal para que o Deputado adiante assinado seja conferencista na mesa cujo tema é: Políticas e Diretrizes Governamentais Direcionadas à Otimização de Programas e Projetos de Infraestrutura Urbana: A Contribuição Oferecida ao Desenvolvimento Urbanístico das Cidades Brasileiras.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 2176

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso das atribuições regimentais, REQUER justificativa de ausência, na Sessão do dia 07 de maio, devido a grave acidente automobilístico que vitimou amigos da família.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO N° 2126

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, licença para acompanhar tratamento de Saúde do Deputado Ribas Carli Filho, que encontra-se hospitalizado, pelo prazo de 21 dias, a partir da presente data.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 2106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, parabeniza os profissionais taquígrafos pelas comemorações do Dia do Taquígrafo, celebrado anualmente em todo o território nacional no dia 06 (seis) de maio, pelos importantes e eficazes serviços prestados através da rapidez e fidedignidade com que registram declarações orais em diversos segmentos de nossa sociedade.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O taquígrafo é um profissional cujo ouvido consegue distinguir os sons e corrigir as distorções do que é inadequadamente pronunciado, restaurando o que realmente desejava expressar o orador. Tratam-se de profissionais mais que imprescindíveis para o funcionamento dos órgãos públicos, incluindo esta Casa de Leis.

A técnica da taquigrafia ou estenografia, que significa escrita abreviada, é o método de se escrever de modo simplificado e rápido, utilizando-se símbolos para se acompanhar a rapidez da fala. Com muita competência e técnica apurada, os taquígrafos codificam expressões e sentimentos com agilidade, encurtando dia a dia o caminho da comunicação e registrando importantes passagens em diversos órgãos e Sessões públicas. Além de boa assimilação desse complicado ofício, do taquígrafo são exigidas habilidades mentais e físicas específicas para a realização de um bom trabalho.

A taquigrafia é especialmente necessária nos Tribunais Superiores, no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, em razão da rapidez e fidelidade com que se registra o que foi declarado oralmente. Seu uso pode se estender não só aos congressos, eventos e palestras que precisem registrar de modo eficaz o que foi dito, como também às emissoras de TV, que utilizam o sistema Closed Caption. Esse sistema gera legendas que facilitam a transmissão das falas para os deficientes auditivos.

Embora hoje existam tecnologias avançadas, como modernos gravadores e computadores de ponta que convertem em caracteres as palavras de um discurso, o taquígrafo ou estenógrafo ainda tem espaço; já que, na verdade, os gravadores e os computadores são ferramentas de apoio, mas não podem substituí-lo. Os gravadores estão sujeitos a falhas técnicas, e os computadores apresentam problemas e estão sujeito a vírus. Já o ser humano, apesar dos seus limites, é o mais confiável que as máquinas.

Portanto, reitero que grande é o acervo de serviços prestados por essa classe aos Parlamentares, através de uma convivência necessária e indispensável aos trabalhos públicos. Traduzindo o texto apanhado na emoção do momento, ou relido o trabalho proferido, eles o limam, dão-lhe polimento, entregando à posteridade obra bem feita e correta.

REQUERIMENTO Nº 2114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação do Projeto de Lei nº 147/09 aos Projetos de Lei nºs 243/08 e 388/08, que proíbem o uso do fumo e derivados em recinto coletivo fechado.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Solene no dia 14 de agosto do corrente ano para a comemoração dos 150 anos da Igreja Presbiteriana no Brasil.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2145

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente desta Casa, a liberação das dependências do plenarinho para a realização da I Reunião de Mobilização Política Municipal para o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná SISAN - PR, a realizar-se no próximo dia 18 de maio do corrente, no período das 13h30 às 18h00.

A partir da aprovação da Lei Federal nº 11346 de 15/09/06, que institui o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), novas perspectivas se concretizam para o desenvolvimento de ações de Segurança Alimentar e Nutricional no nível estadual e municipal, com apoio do gestor federal. É necessário, no entanto, que os Municípios atendam alguns requisitos básicos para serem contemplados pelos editais de financiamento federais, dentre os quais, a existência de instâncias e instrumentos ligados à Política de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN local (CONSEA municipal, Lei Municipal de SAN, etc), sendo assim, de fundamental importância a realização da referida reunião para o aprofundamento destas discussões.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2175

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizada Sessão Solene, para a entrega dos certificados com o título Prêmio Papa João Paulo II, no dia 21 de maio às 10h, no plenário.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos propondo a entrega de certificados com o título prêmio Papa João Paulo II, as personalidades que se dedicam aos ensinamentos pregados por Nosso Senhor Jesus Cristo.

Serão homenageados Padres, Diáconos, leigos e as entidades que tenham se destacado em atividades de apoio às causas defendidas pela Igreja Católica Apostólica Romana, nas áreas do trabalho social, espiritual, comunitário e educacional na grande Curitiba.

A entrega dessas homenagens marca a data de nascimento do Pontífice João Paulo II, que é o dia 18 de maio, data lembrada pela comunidade católica.

REQUERIMENTO Nº 2128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Alcy Blageski, ex-Vereador do Município de Ponta Grossa, querido amado por seus familiares, amigos e colegas, será sempre lembrado com carinho e saudades.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2140

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos desta Casa, voto de pesar pelo falecimento do professor Valdelírio Roberto Michel, ocorrido no dia 09 de maio corrente (sábado), nesta Capital, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento à família enlutada, na pessoa da Sra. Carla Regina Weiller Michel.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 03/05/46, em Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, transferiu-se para o Paraná, em 1969, escolhendo para morar a Cidade de Capanema, onde começou a trabalhar no Colégio das Irmãs. Era casado

atualmente com Carla Regina Weiller Michel. De suas primeiras núpcias teve dois filhos: Pablo e Monaliza. Após um longo tempo em tratamento de saúde, veio sucumbir, no último dia 09 de maio do corrente ano, em hospital desta Capital, onde se encontrava internado.

Além de professor, Valdelírio Michel foi escritor e palestrante. O Colégio das Irmãs onde ele iniciou sua carreira de professor transformou-se no Colégio Estadual Padre Cirilo, onde Valdelírio ocupou a direção, contribuindo de forma decisiva para seu crescimento e ali aposentou-se em 1998.

Entre 1993 e 1996, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Educação do Município de Capanema, tendo sido o proponente da nuclearização.

Além de cursos de treinamento e capacitação, Valdelírio criou o Projeto “Conheça o Paraná”, que consistia em uma viagem de vários dias para conhecer pontos turísticos do Estado, incluindo uma viagem de trem pela estrada de ferro Curitiba/Paranaguá; criou também o Projeto “Conheça o Sul do Brasil”, cujo objetivo era abrir os horizontes no pensamento dos professores.

Escreveu vários livros, levando a mensagem de Educador Capanemense a diversos lugares deste País, além de estar sempre organizando festivais, gincanas estudantis e outros eventos de cultura em Capanema. Junto com seu irmão Elói, fundou um importante meio de comunicação no Município: o jornal “O Trombeta”.

“A vida é curta... Curta a vida!”, era um dos lemas de Valdelírio Michel.

Este Parlamentar teve o privilégio de conhecer e privar do convívio com Valdelírio Roberto Michel e sua família e, por esta razão, não poderia deixar de prestar aqui suas últimas homenagens a esta figura humana de personalidade amável e caráter forte, ao tempo em que manifesta condolências e solidariedade à família enlutada. Contamos com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2142

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Silvia Migliorini Borsato, ocorrido no último dia 09/05/09.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Dr. Gabriel Candido Borsato, viúvo.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares da Sra. Silvia Migliorini Borsato os nossos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 09 de maio, que deixa eternas saudades.

Integrante de família pioneira no Município e participante do mercado agrícola-industrial com a fundação do Leite Ki-Latte.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserve um espaço para aqueles que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 2178

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido na data de hoje, do ex-Delegado da Polícia Federal de Maringá o Sr. José Ferreira de Oliveira.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DR. BATISTA

Apoiamento:

Cida Borghetti

REQUERIMENTO N° 1992

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, pelo competente, digno e sábio trabalho que vem realizando como integrante efetivo do Supremo Tribunal Federal. S. Exa. tem se destacado em sua vida como um dos maiores semeadores de justiça em nosso País. Sua presença, sempre marcante, na mais alta corte de justiça, tem sido frequentemente elogiada por renomados juristas e por membros da magistratura brasileira, sendo claro, notório, que o Ministro em questão foi injustamente agredido por um pequeno segmento da mídia, iniciativa que só pode ter sido provocada por quem teve algum interesse contrariado na elogiável ação do Ministro Menezes Direito.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada, através do Supremo, ao honrado mestre-julgador brasileiro, com votos de que Deus continue iluminando sua vida pessoal, familiar e na nobre missão do STF.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 1998

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de votos de congratulações aos jogadores, comissão técnica e dirigentes do Clube Atlético Paranaense pela conquista do Campeonato Paranaense de Futebol de 2009.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Alexandre Curi, Mauro Moraes, Osmar Bertoldi, Elton Welter, Augustinho Zucchi, Luiz Fernandes Litro, Elio Rusch, Edson Strapasson, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Ney Leprevost, Luiz Eduardo Cheida, Durval Amaral, Nereu Moura, Reni Pereira, Duílio Genari, Cida Borghetti, Ademir Bier e Fernando Carli Filho.

REQUERIMENTO N° 2011

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações ao Operário Ferroviário Esporte Clube, pelos 97 (noventa e sete) anos de fundação, comemorados no dia 01 de maio passado.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para o Presidente, Sr. Carlos Iurk.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 2063

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de votos de congratulações, para a Rádio Najuá de Irati pelos 31 anos de sua fundação completos no último dia 01 de maio.

O Noticiário Meio Dia em Notícias, nasceu junto com a emissora. Entrevistas ao vivo e assuntos locais discutidos com imparcialidade conferem a Najuá, alta credibilidade na região. Está no ar também, desde o início, a Hora do Povão, onde a comunidade tem acesso aos microfones para fazer reclamações, solicitações e contar suas histórias. A Najuá FM, emissora do mesmo grupo, foi instalada em 05/06/89 e exibe uma programação bem ao gosto popular.

Nagib Harmuch, idealizador deste sonho já não está mais conosco, porém, a filosofia pensada por ele permanece viva. A frase que gostava de repetir continua indo ao ar diariamente: Um homem bem informado tem maiores possibilidades na vida.

Requer ainda, que seja enviado correspondência a Diretoria da emissora Sra. Jussara Hamuch Bendhack.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 2084

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações pela celebração dos 30 anos de fundação da Rádio Paiquerê FM, de Londrina, de propriedade do respeitado empresário Ricardo Spinosa.

Trata-se da mais possante emissora FM do interior do sul do País, que abrange 216 Municípios no norte do Paraná, Sul de São Paulo e Sul de Mato Grosso do Sul, cobrindo uma área de aproximadamente 5 milhões de habitantes. Desde o dia 27 de fevereiro de 1986 a Paiquerê FM lidera o IBOPE, com ampla margem de vantagem sobre as concorrentes.

Registre-se que o empresário-comunicador Ricardo Spinosa tem participado, com grande entusiasmo, de destacados movimentos das entidades de classe, autoridades, empresários e da população, visando a conquista de importantes melhorias para os brasileiros que habitam as regiões cobertas pela programação da Paiquerê FM. Jornalismo moderno, com um musical que caiu no gosto do vasto público-ouvinte, são integrantes que fazem da emissora um dos instrumentos de comunicação mais importantes a serviço de nosso País.

Requeiro que a homenagem e o Reconhecimento Público deste Poder Legislativo sejam comunicados ao cidadão Ricardo Spinosa, com os cumprimentos a ele, sua esposa dona Judite da Conceição, aos filhos Lucimara, Bel, Marcio e Sérgio e ao genro Sérgio Soletti, bem como à competente equipe de profissionais, com votos de prosperidade permanente.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2089

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Exmo. Sr. Silvio Magalhães Barros II, bem como ao Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Exmo. Sr. Mario Hossokawa, enviando aos mesmos votos de congratulações pela comemoração dos 62 anos do Município de Maringá.

Maringá foi fundada no dia 10/05/47, como Distrito de Mandaguari, e foi elevada à categoria de Município dois anos depois.

Nessas quase seis décadas de existência a Cidade cresceu, prosperou e está mudando o seu perfil econômico. De uma região agrícola, Maringá se tornou uma Cidade com economia diversificada.

O Prefeito de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II, afirma: Maringá é uma Cidade-Polo prestadora de serviços de toda a região.

A Região Metropolitana de Maringá é importante pólo de atração de investimentos no Norte do Paraná e hoje Maringá comemora seus 62 anos de idade, pujante, com sua gente boa e trabalhadora.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2090

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações, ao Prefeito de Município de Mandaguari, Exmo. Sr. Cyllênio Pessoa Pereira Junior, e ao Presidente da Câmara, Vereador Alécio Bento da Silva Filho, em razão do 72° aniversário do Município.

A Cidade de Mandaguari comemora hoje o seu aniversário com festejos que incluem a final de um torneio de futebol, apresentação da Banda Edição Especial e um bolo de 72 metros - referência aos anos que o Município completa.

A comunidade de Mandaguari merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2105

Senhor Presidente:

O Município de Ivaté celebrou aniversário no dia 2 de maio, com extensa programação organizada pelas autoridades locais. A comunidade foi elevada a Distrito Administrativo de Umuarama pela Lei Estadual n° 7338, em 24/06/80, sendo transformada em Município pela Lei Estadual n° 8970, em 02/05/89, com sua instalação sendo efetivada em 01/01/93.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve REQUER envio de congratulações ao Município de Ivaté, nas pessoas do Prefeito Sidnei Delai e do Presidente da Câmara Municipal, Vereador Aldino Panazzolo, extensivas à toda a sua comunidade.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO N° 2109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER votos de congratulações ao Escritório Regional da COHAPAR de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa coroar o brilhante trabalho realizado pelo Escritório Regional da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR de Cornélio Procópio que atende o Norte Pioneiro, sendo classificado como o que mais construiu habitações populares no Norte Novo e Pioneiro do Estado, aproximadamente 934 casas populares naquela região.

Srs. Deputados, os técnicos e funcionários do Escritório Regional de Cornélio Procópio foram determinantes para a conclusão dos projetos de construções de casas populares.

REQUERIMENTO N° 2115

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações a Sra. Marilza do Carmo Oliveira Dias, Coordenadora dos Resíduos Sólidos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, pelos relevantes trabalhos realizados junto ao Consórcio Intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2132

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Colégio Estadual Castro Alves, sob a direção da Professora Eleonora Hoffmann, por ter se destacado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Requer ainda, que seja dada ciência à Diretora do Colégio Professora Eleonora Hoffmann.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A homenagem ora requerida é de fundamental importância tendo em vista que o Colégio Estadual Castro Alves, localizado na Vila de Salto Osório, em Quedas do Iguaçu, obteve a melhor classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) se comparado a todas as escolas do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul.

Dos 212 estabelecimentos estaduais avaliados, o Colégio Castro Alves se destacou entre os 17 com a melhor média. A avaliação foi feita com os alunos da 3ª série.

O referido estabelecimento de ensino possui um total de 196 alunos regularmente matriculados e tem um método de ensino que se diferencia dos demais. A valorização do professor e do aluno é tratada de forma prioritária.

O resultado do ENEM foi uma grande conquista para os alunos, professores, direção e para toda a população e Quedas do Iguaçu, uma vez que irá elevar ainda mais o conceito educacional do Município.

Por isso, queremos parabenizar o Colégio Estadual Castro Alves pela qualidade do ensino, digno de divulgação, para maior conhecimento do público, com votos extensivos à Diretora Eleonora Hoffmann.

REQUERIMENTO N° 2133

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações pelo 29° aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Três Barras do Paraná, comemorado no 13/05/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Gerso Francisco Gusso, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

A primeira povoação do núcleo que originou o atual Município de Três Barras do Paraná, teve início numa pequena localidade, no Município de Catanduvas, chamado Encruzo. Denominação proveniente da existência de uma encruzilhada onde se encontravam três pequenos riachos, com uma estrada que passava próximo a casa do único morador da localidade.

A história da povoação de Três Barras está intimamente ligado à de Catanduvas, que teve nas famílias Lacerda, Krammer, Pureza e Rodrigues da Cunha seus pioneiros. A passagem da coluna Prestes pela região, causou tremendo mal estar nos moradores da localidade. Neste período, 1924/1925, as forças legalistas lideradas pelo General Candido Mariano da Silva Rondon, enfrentaram os revoltosos em combates.

A partir de 1946, ocorreu forte fluxo migratório para a região oeste, notadamente de famílias riograndenses e catarinenses. Isto contribuiu para que os espaços vazios fossem preenchidos e a agricultura fosse desenvolvida, trazendo progresso e estabilidade social e cultural à localidade de Três Barras do Paraná.

Três Barras do Paraná acaba de completar 29 anos de Emancipação Político-Administrativo, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Diante disso, parabenizamos o Município pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO N° 2134

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações pelo 27°

aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Cantagalo, comemorado no dia 12/05/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Pedro Clarismundo Borelli, DD. Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Dia 12 de maio é uma data especial para a população de Cantagalo. Afinal, o Município está comemorando 27 anos de realização e sucesso absoluto. E uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no processo e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, é oportuno lembrar que a primeira denominação que se deu ao atual Município foi Fazenda Cantagalo. Em 1951 foi elevada à condição de Distrito, através da Lei n° 790 de 14/11/51. Em 02/05/82 aconteceu o plebiscito em que a população se manifestou pela emancipação de Cantagalo do Município de Guaraçuva. Diante da manifestação da vontade popular, em 12/05/82, através da Lei n° 7575, foi criado o Município de Cantagalo.

Os primeiros moradores que se estabeleceram foram os Srs. Benedito Mendes Cordeiro e Rafael Pinto Bandeira, fazendeiros; João Ricardo, proprietário de um Barbaquá de Erva Mate (espécie de secador) também chamado de Carijó.

As dificuldades encontradas não só por eles, mas como também pelos seus seguidores, foram imensas. Entretanto, a população sempre unida e com esperança, fez com que a comunidade crescesse e participasse da vida econômica e social da região e do Estado.

Hoje, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. Embora tenha enfrentado todas as dificuldades que uma Cidade jovem enfrenta, o trabalho sério e honesto de homens e mulheres, que mesmo em tempos difíceis depositavam neste chão as esperanças de dias melhores, foram decisivos para que Cantagalo se tornasse um Município pujante.

Diante disso, parabenizamos pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO N° 2135

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações pelo 29° aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Jesuítas, comemorado no 13/05/09.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Aparecido José Weiller Junior, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Do primeiro desbravador até os dias atuais, muito tempo já se passou nesta história de conquistas de um Município pujante que engrandece e orgulha a todos os paranaenses.

Jesuítas acaba de completar 29 anos de Emancipação Político-Administrativo, uma data marcante e de importante significado para este povo que faz do trabalho diário, a marca de uma população engajada no progresso e no desenvolvimento social desta Cidade.

Ao revisitar o passado, constata-se que os primeiros moradores que chegaram na Região de Jesuítas vieram em 1959 e 1960, em busca da exploração e comércio de madeiras, do comércio generalista de secos e molhados e do cultivo agrícola. Vindos de diferentes regiões do Paraná e do Brasil os colonizadores que se estabeleceram em Jesuítas possuíam etnias variadas como italianos, portugueses, espanhóis e japoneses.

A denominação Jesuítas foi dada ao Município em homenagem aos padres jesuítas que catequizaram os índios que aqui viviam. Criado através da Lei Estadual nº 7304, de 13/05/80, e instalado em 01/02/83, foi desmembrado de Formosa do Oeste.

Hoje, Jesuítas, conduzida pelo Prefeito Aparecido José Weiller Junior, que está no segundo mandato, é um exemplo de trabalho e de orgulho para toda a população. A Administração Municipal sabe, com inteligência, superar os obstáculos aparentemente intransponíveis, garantindo a viabilidade do Município que vislumbra horizontes promissores para os próximos anos.

Diante disso, parabenizamos Jesuítas pela passagem de mais um aniversário e reconhecemos que a labuta valeu a pena.

REQUERIMENTO Nº 2137

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos de hoje, voto de congratulações e aplausos à Secretaria de Estado de Transportes do Paraná, pela passagem de seus 40 anos de trabalho.

Requer outrossim que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário dos Transportes para que receba e transmita aos demais Diretores, funcionários e colaboradores daquela Secretaria.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para o nosso espírito cívico e nossa fé no Estado do Paraná, que saudar uma instituição capaz de encarar o futuro com aquela invisível confiança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados durante estes 40 anos. Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres que dão a vida à esta Secretaria de Transportes, podem testemunhar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um Paraná em permanente transformação, paralelamente à valorização do seu quadro de funcionários que é o recurso mais precioso de qualquer organização, esta Secretaria de Transportes engajada, em um ambicioso programa para o futuro.

A Secretaria de Estado dos Transportes foi instituída há 40 anos pelo Decreto nº 5939 de 1969, em substituição a antiga Secretaria de Viação e Obras Públicas. Com uma visão mais, abrangente, a pasta é hoje uma das mais estratégicas do Estado, por integrar e desenvolver os modais que levam as riquezas e fazem a ligação entre os Municípios paranaenses.

Tomando por base a diretriz central desse desenvolvimento sustentado, que norteia o Governo do Paraná, a Secretaria de Estado dos Transportes determina ações concretas nos sistemas rodoviários, portuário, aeroportuário e hidroviário paranaense. Essas têm como objetivo principal irradiar à melhora da qualidade de vida da população.

Dentro da retomada do crescimento dos Transportes do Paraná, a Secretaria desenvolve também projetos buscando a melhoria de todo e qualquer serviço de transporte.

Mais uma vez, felicitamos a gloriosa Secretaria de Transportes do Paraná, pelos seus 40 anos completado no último dia 06 de maio.

REQUERIMENTO Nº 2141

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulações ao Sr. Celso Pereira, pela merecida e respeitável conquista do Troféu Guerreiro do Comércio do Paraná/09, concedido pelo Sistema FECOMÉRCIO/PR, SESC e SENAC, cuja entrega se dará no próximo dia 17 de julho, às 20h.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao próprio homenageado.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho, talento e espírito guerreiro do Sr. Celso Bandeira que de forma brilhante conquistou o Troféu Guerreiro do Comércio do Paraná/2009, servindo de exemplo e inspiração por esta e as próximas gerações.

Proprietário das Lojas Riolar, o nosso homenageado receberá seu troféu em solenidade no salão social do Paraná Clube, em Curitiba. Trata-se da principal honraria concedida anualmente pelo Sistema FECOMÉRCIO/PR, SESC e SENAC e empresários que se destacam no comércio de bens e turismo no estado.

Na primeira etapa do processo para a definição dos homenageados, o sindicato empresarial de cada região aponta três empresários que se destacam na área do comércio de bens, serviços e turismo em sua região de atuação, norteado por critério definidos pela Federação do Comércio do Paraná. Os nomes estão sendo encaminhados para Curitiba, juntamente com informações sobre as empresas

apontadas, onde uma comissão avalia os indicados por cada região e define os homenageados. É levado em conta o tempo de funcionamento, projeção e reconhecimento da comunidade, além da notoriedade empresarial.

A fundação da empresa Comércio de Tecidos Riolar deu-se no ano de 1952, na Cidade de Araruna, nascendo de um sonho de dois jovens: Lauro Likes Penteado (*in memoriam*) e sua esposa Carmela Likes Penteado. A loja firmou-se comercializando tecidos, confecções e armarinhos. Em março de 1970, foi inaugurada a segunda loja, na Cidade e Campo Mourão, tendo como sócios Celso Pereira e Maria Julia Likes Pereira, genro e filha dos fundadores, respectivamente. Hoje, a loja conta com 35 colaboradores e continua comercializando toda linha de confecções masculinas, femininas, infantil e cama, mesa e banho. A Riolar é referência na Cidade e região pelo dinamismo e modernidade, primando pela qualidade dos produtos que comercializa. Com essa filosofia está preparada para o futuro.

Sem dúvida alguma, a sua conquista representa com toda a sua excelência e qualidade e exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 2177

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações aos 62 anos de aniversário da Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 2012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUERER, após ouvido o douto Plenário, aprovação de votos de louvor ao Estado de Santa Catarina, pela iniciativa de discussão do tema Meio Ambiente em seu Código Ambiental.

Foi sancionado neste mês de abril do corrente ano o Código Ambiental de Santa Catarina, iniciativa que merece consideração e análise de nossa Casa de Leis Estadual.

O que deve ser ressaltado não é o texto estrito em si, mas a iniciativa do Estado catarinense ao procurar defender os interesses, dentre outros, dos pequenos proprietários rurais. Estes proprietários por vezes têm seu potencial produtivo restringido por leis federais, que em verdade mereceriam um estudo detalhado para cada região do Brasil, posto que resta evidente que não se pode equiparar o bioma na Região Nordeste com a Região Sul, por exemplo. E independentemente do texto conter ou não imprecisões, fica isento de reparos o fomento ao debate do tema.

Através da aprovação deste votos de louvor, espera-se inclusive iniciar a discussão do tema ambiental no Estado do Paraná, de modo a atender cada situação de modo individual, principalmente as dos pequenos proprietários de terra.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2117

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Mara Albonei Pianovski.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Mara Albonei Pianovski, chefe do serviço de Oncologia Pediátrica do Hospital Erasto Gaertner, que realiza seu trabalho com competência e dedicação, levando afeto e conforto aos pacientes sobre sua responsabilidade, demonstrando que é possível amenizar o sofrimento dos doentes e dar-lhes esperança de recuperação, dispensando atenção genuína e espontânea, doando-se incondicionalmente para melhor realizar os processos de qualidade da instituição, fazendo o que é preciso ser feito e da melhor maneira possível, tendo como fundamento a clareza e o comprometimento para combater o câncer com humanismo, ciência e afeto.

REQUERIMENTO Nº 2118

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Sra. Andrea Ribas.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Sra. Andrea Ribas, fotógrafa formada pela Escola Panamericana de Artes de São Paulo, passou a registrar pessoas, gestos, momentos, objetos ao seu redor, não escapando nada a sua técnica e sensibilidade, transportando profusão de instantes fugazes que se passam diante de suas lentes, sentindo e sabendo, empiricamente, que o tempo é o seu maior cúmplice, voltando ao passado, projeta-se no futuro, pensando, sentindo e vivendo a fotografia, a arte do encontro que dá um zoom em sua vida profissional.

REQUERIMENTO Nº 2119

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações a Dra. Fernanda Keller Sartori.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dra. Fernanda Keller Sartori, odontóloga, integrante da equipe de profissionais que atuam no Instituto Zétola de Odontologia, ofício que exerce com muita qualidade e visão global do paciente, proporcionando a seus clientes as soluções mais eficazes, fazendo de sua profissão um dogma, demonstrando toda sua capacidade e aprendizado, colocando em prática os ensinamentos que obteve durante os anos que se dedicou aos estudos da Odontologia.

REQUERIMENTO Nº 2120

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Hospital Pilar.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Hospital Pilar, referência em pronto atendimento clínico e cardiológico, que possui excelente estrutura para atendimento de qualidade e conforto aos seus pacientes, possuindo uma equipe preparada e de alto nível, atualizados e aptos a exercer suas funções sempre de forma eficaz, proporcionando segurança em diagnóstico e tratamentos, tornando seu quadro de colaboradores um dos mais eficientes e dedicados, uma instituição preocupada com a ética e a excelência no atendimento, prestes a completar 45 anos, esta empresa genuinamente paranaense, inova no atendimento de UTI, tornando-a mais humana, permitindo o acompanhamento do paciente pelos seus familiares durante 24 horas por dia com conforto e comodidade, seu sistema de monitoramento de imagens e sinais vitais dos pacientes é outro exemplo de bons serviços prestados pela organização, tendo sido inclusive premiada pela (FGV), modelo de desenvolvimento científico, tecnológico e atuação de equipe interdisciplinar.

REQUERIMENTO Nº 2121

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Restaurante Andaluz.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Restaurante Andaluz, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2122

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Construtora San Remo.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à Construtora San Remo, que tem tradição, seriedade e ousadia na arte de construir, referência no mercado imobiliário, atua na construção de apartamentos de luxo, atuando com excelência operacional e rentabilidade, construindo com grande esmero empreendimentos que proporcionam qualidade de vida, com respeito ao consumidor, a sociedade e ao meio ambiente, demonstrando a sua responsabilidade como agente gerador de empregos e de qualidade de vida.

REQUERIMENTO Nº 2123

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Legião Paranaense do Expedicionário pela 64ª vitória aliada na II Guerra Mundial.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à região Paranaense do Expedicionário, instituição que representa os heróis de guerra que comemora nesta data a 64ª vitória aliada na II Guerra Mundial, os ex-combatentes que serviram na Força Expedicionária Brasileira, mantém acesa a memória daqueles que lutaram pela liberdade dos povos, e em especial, a participação dos soldados paranaenses, mantendo viva a história, para que as novas gerações tenham conhecimento das lutas e das glórias de nossos pracinhas, que fizeram parte desta grande vitória.

REQUERIMENTO Nº 2150

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Sr. Alberto Ricardo Opolz.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Alberto Ricardo Opolz, que toma posse como Presidente da Associação Empresarial São Braz e Orleans - AESBO, demonstrando seu empenho e dedicação para com a comunidade, congregando as mais diversas empresas que fazem parte da entidade, preocupando-se também com a área social do bairro, para realizar atividades que geram empregos, cultura e diversão para a população em geral, buscando o bem comum e um melhor aproveitamento do potencial da região.

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Setor de Queimados do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba pelos 40 anos.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Setor de Queimados do Hospital Universitário Evangélico de Curitiba pelos 40 anos, que está implantando o Banco de Pele Humana, para ser utilizada em transplantes na recuperação de queimaduras graves, evoluindo e dando maior rapidez no tratamento dos pacientes com queimaduras de alto grau, diminuindo consideravelmente o tempo de internamento, de tratamento, o custo com medicamentos, o sofrimento do paciente e de seus familiares e o risco de morte, vindo a equiparar-se aos centros de referência internacional.

REQUERIMENTO Nº 2152

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Bistrô Ah!Zeite.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Bistrô Ah!Zeite, que através de sua culinária, transmite à sociedade curitibana os prazeres da boa comida, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital. Por se tratar de uma cozinha de qualidade, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e com os bons serviços prestados em ambiente confortável e agradável.

REQUERIMENTO Nº 2129

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Ministro de Estado da Saúde, Dr. José Gomes Temporão, a prestação de informações relativas ao repasse de recursos do SUS à APAE de Salgado Filho/PR, depositados pelo Ministério da Saúde no Fundo Estadual de Saúde e no Fundo Municipal de Saúde.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Salgado Filho/PR assumiu a Gestão Plena na área de Saúde recentemente. Neste sentido, a APAE de Salgado Filho está credenciada junto ao SUS deste outubro de 2008.

A partir desta data a APAE de Salgado Filho/PR iniciou o trabalho da equipe técnica multiprofissional

(psicólogo, psiquiatra, fisioterapeuta, assistente social, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo). Estes profissionais receberiam conforme procedimentos realizados. No entanto, houve apenas um repasse no dia 14/01/09, referente a competência 10/08.

Em busca de uma solução para o pagamento das demais competências, a APAE foi informada pelo Ministério da Saúde que o Paraná já recebeu o montante necessário para o pagamento das competências 11/2008 e 12/2008, os quais foram depositados no Fundo Estadual de Saúde. No entanto, a Secretaria da Saúde informa que o repasse para o custeio dos procedimentos foi inferior ao necessário para os gastos realizados, inclusive na competência outubro/08. Conclui que será verificada a possibilidade de repasse de recursos, quando houver disponibilidade.

A Secretaria da Saúde informa também que a partir de Janeiro/09 todos os recursos do SUS seriam transferidos diretamente do Ministério para o Fundo Municipal. Até a presente data, os recursos necessários para o pagamento das competências de 01/2009 até 04/2009 não foram repassados ao Município, nem pelo Ministério, nem pelo Estado.

É importante destacar que a APAE cumpriu tudo o que lhe foi proposto e não cometeu nenhuma irregularidade. São 53 (cinquenta e três) alunos que estão sem atendimento, pois a equipe técnica multiprofissional da instituição suspendeu suas atividades desde 01/05/09, até que seja solucionada a questão.

Assim sendo, requer esclarecimentos sobre o assunto, motivo pelo qual solicita o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 2130

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, Dr. Gilberto Berguio Martin, a prestação de informações relativas ao repasse de recursos do SUS à APAE de Salgado Filho/PR, depositados pelo Ministério da Saúde no Fundo Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Salgado Filho/PR assumiu a Gestão Plena na área de Saúde recentemente. Neste sentido, a APAE de Salgado Filho está credenciada junto ao SUS deste outubro de 2008.

A partir desta data a APAE de Salgado Filho/PR iniciou o trabalho da equipe técnica multiprofissional (psicólogo, psiquiatra, fisioterapeuta, assistente social, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo). Estes profissionais receberiam conforme procedimentos realizados. No entanto, houve apenas um repasse no dia 14/01/09, referente a competência 10/2008.

Em busca de uma solução para o pagamento das demais competências, a APAE foi informada pelo Ministério da Saúde que o Paraná já recebeu o montante necessário para o pagamento das competências 11/2008 e 12/2008, os quais foram depositados no Fundo Estadual de Saúde. No entanto, a Secretaria da Saúde informa que o repasse para o custeio dos procedimentos foi inferior ao necessário para os gastos realizados, inclusive na competência outubro/08. Conclui que será verificada a possibilidade de repasse de recursos, quando houver disponibilidade.

A Secretaria da Saúde informa também que a partir de Janeiro/09 todos os recursos do SUS seriam transferidos diretamente do Ministério para o Fundo Municipal. Até a presente data, os recursos necessários para o pagamento das competências de 01/2009 até 04/2009 não foram repassados ao Município, nem pelo Ministério, nem pelo Estado.

É importante destacar que a APAE cumpriu tudo o que lhe foi proposto e não cometeu nenhuma irregularidade. São 53 (cinquenta e três) alunos que estão sem atendimento, pois a equipe técnica multiprofissional da instituição suspendeu suas atividades desde 01/05/09, até que seja solucionada a questão.

Assim sendo, requer esclarecimentos sobre o assunto, motivo pelo qual solicita o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 2131

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião, a prestação de informações relativas ao repasse de recursos do SUS à APAE de Salgado Filho/PR, depositados pelo Ministério da Saúde no Fundo Estadual de Saúde.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Salgado Filho/PR assumiu a Gestão Plena na área de Saúde recentemente. Neste sentido, a APAE de Salgado Filho está credenciada junto ao SUS deste outubro de 2008.

A partir desta data a APAE de Salgado Filho/PR iniciou o trabalho da equipe técnica multiprofissional (psicólogo, psiquiatra, fisioterapeuta, assistente social, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo). Estes profissionais receberiam conforme procedimentos realizados. No entanto, houve apenas um repasse no dia 14/01/09, referente a competência 10/08.

Em busca de uma solução para o pagamento das demais competências, a APAE foi informada pelo Ministério da Saúde que o Paraná já recebeu o montante necessário para o pagamento das competências 11/2008 e 12/2008, os quais foram depositados no Fundo Estadual de Saúde. No entanto, a Secretaria da Saúde informa que o repasse para o custeio dos procedimentos foi inferior ao necessário para os gastos realizados, inclusive na competência outubro/08.

Conclui que será verificada a possibilidade de repasse de recursos, quando houver disponibilidade.

A Secretaria da Saúde informa também que a partir de Janeiro/09 todos os recursos do SUS seriam transferidos diretamente do Ministério para o Fundo Municipal. Até a presente data, os recursos necessários para o pagamento das competências de 01/2009 até 04/2009 não foram repassados ao Município, nem pelo Ministério, nem pelo Estado.

É importante destacar que a APAE cumpriu tudo o que lhe foi proposto e não cometeu nenhuma irregularidade. São 53 (cinquenta e três) alunos que estão sem atendimento, pois a equipe técnica multiprofissional da instituição suspendeu suas atividades desde 01/05/09, até que seja solucionada a questão.

Assim sendo, requer esclarecimentos sobre o assunto, motivo pelo qual solicita o apoio dos nobres Pares.

REQUERIMENTO Nº 2147

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1º, inciso V do artigo 131 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o envio de manifestação de regozijo à direção do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, pela passagem do Dia do Assistente Social, a ser comemorado no próximo dia 15 de maio.

O Serviço Social, como profissão liberal, surge no Brasil na década de 30, para intervir na questão social. A fundação das primeiras Escolas do Serviço Social no Brasil, deu-se em São Paulo em 1936 e no Paraná em 1944. O Assistente Social é o profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresarias, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

A passagem do Dia do Assistente Social, comemorada em 15 de maio, é motivo de reconhecimento e votos de grandes sucesso pelo Legislativo Estadual a estes importantes profissionais que atuam em cada recanto do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente:

O Deputado Subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL - SEIM - Virgílio Moreira Filho que remeta a esta Casa de Leis cópia das atas das últimas três reuniões da Paraná Ambiental Florestas.

Tal requerimento se faz necessário para que tenhamos conhecimento das últimas deliberações desta sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria antes mencionada e posamos fundamentar novos projetos de lei.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 2143

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, solicita informações, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, e para isso que seja enviado expediente a Sra. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, para que esta forneça informações acerca de:

1 - Quantos cursos de graduação foram criados nas Faculdades Estaduais, ano a ano de 2002 até o presente momento?

2 - Em que faculdades foram criados que cursos?

3 - Existe plano de aumento de cursos em andamento neste momento? Que faculdade contempla?

Diante do presente, na certeza do bom atendimento, em atenção especial a este Parlamentar, contamos com o recebimento, o quanto antes, das respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 221/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida a utilização e comercialização de produtos que contenham amianto em sua composição.

Art. 2º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), das empresas que forem flagradas comercializando ou utilizando produtos que contenham amianto em sua composição.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o precípuo objetivo de proteger a saúde dos paranaenses ante a comprovação dos malefícios que o amianto provoca à saúde do ser humano, como demonstra a reportagem em anexo que passa a integrar nossa justificativa.

As informações relatadas por Soraia Franco são muito interessantes e devem ser debatidas quando da discussão do presente projeto de lei, pois constam de matéria publicada na Revista Bem Público, com chamada de capa, de número 23.

Portanto contamos com a colaboração dos nobres Deputados na discussão e aprovação deste importante projeto de lei ora apresentado pela Comissão de Saúde desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 222/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Será cassada a eficácia da inscrição, junto ao cadastro de contribuintes do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), dos estabelecimentos comerciais que forem flagrados vendendo cigarros a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem o precípuo objetivo de coibir a comercialização de cigarros a menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, pois tal prática deve ser reprimida ante os comprovados malefícios que o cigarro produz à saúde, devendo, sua utilização ser definida por pessoas com capacidade para avaliar e julgar os malefícios que o mesmo pode produzir à sua saúde.

Não pode, o Estado, deixar que menores sejam expostos aos malefícios do cigarro, sem terem plena consciência de seus atos, portanto será através da punição concreta aos maus comerciantes que esta futura lei agirá.

PROJETO DE LEI Nº 223/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a redação dos artigos 1º e 3º da Lei nº 13115/01, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços de abrangência e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) dos seguintes requisitos:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada de notório conhecimento.

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

VI - ter conhecimento e saber notório na área de atuação;

VII - ter publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo Único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis, bem como toda a documentação necessária para provar que os requisitos supracitados foram atendidos.

Art. 3º O projeto de lei que versar sobre concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito está sujeito a aprovação mediante quorum qualificado.”

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 1º-A a Lei nº 13115/01:

“Art. 1º-A Fica vedada a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito ao:

I - Cidadão que esteja no exercício de mandato representativo;

II - Cidadão que tenha sentença criminal condenatória transitada em julgado”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(aa) DURVAL AMARAL, ADEMAR TRAIANO, ARTAGÃO JÚNIOR, CAÍTO QUINTANA, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, FRANCISCO BÜHRER, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, NEREU MOURA, RENI PEREIRA E TADEU VENERI.

JUSTIFICATIVA:

Com a intenção de criar critérios revestidos de maior objetividade, rigidez e clareza na concessão dos títulos de Cidadão Honorário e Benemérito do Estado do Paraná, é a presente sugestão de alteração legal, com o escopo final de evitar-se a banalização de tais outorgas, que têm se mostrado um tanto quanto banalizadas.

Tais títulos são concedidos hoje, sem uma análise inicial minuciosa, o que expõe os pretensos candidatos a tais honrarias a possíveis situações vexatórias.

Assim, a fim de se evitar tais constrangimentos, é a presente sugestão, com o fim de que qual análise seja feita já inicialmente, chegando a discussão apenas os casos em que os critérios objetivos já estejam cumpridos.

PROJETO DE LEI Nº 224/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído que as escolas públicas e privadas conveniadas com o Estado do Paraná devam dispor de embasamento teórico e prático em ecologia e preservação ambiental.

Art. 2º As escolas oportunizarão aos alunos, através de parcerias com institutos, empresas públicas, órgãos não governamentais, entidades e movimentos a associação do conhecimento empírico dos alunos ao conhecimento científico, visando à preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

§ 1º As atividades serão desenvolvidas sem alterar o currículo escolar, devendo ser observados os seguintes procedimentos:

I - As atividades técnicas teóricas em ecologia e preservação ambiental deverão ser ministradas nas escolas através de:

- a) palestras;
- b) debates;
- c) seminários.

II - As práticas deverão ser conjugadas com ações participativas, priorizando o ambiente escolar, valorizando o saber local, visando à qualidade dos alimentos consumidos e, sobretudo a saúde dos consumidores.

III - Deverão ser oportunizadas saídas de campo para conhecimento de propriedade agroecológicas da região e alternativas de produção que levam em conta o desenvolvimento sustentável;

IV - A escola deverá, semestralmente, apresentar relatórios aos parceiros detalhando atividades realizadas e metas alcançadas.

§ 2º Os custos para o desenvolvimento das atividades serão de responsabilidade da comunidade escolar que poderá buscar parceiros para viabilizar a execução dos projetos.

§ 3º A escola deverá manter uma biblioteca viabilizando o acesso de pessoas interessadas no aprofundamento dos seguintes temas.

- I - agroecologia;
- II - rotação de culturas;
- III - vida alternativa;
- IV - adubação verde;
- V - alimentação natural;
- VI - Cooperativismo;
- VII - autogestão e reciclagem do lixo;
- VIII - não utilização de agrotóxicos.

Art. 4º As Escolas Rurais deverão realizar encontros periódicos bimestrais para a troca de experiências.

Art. 5º Os alimentos agroecológicos produzidos nas escolas pelos alunos serão utilizados na merenda escolar e o excedente distribuído entre os mesmos ou doados às entidades assistenciais e beneficentes.

Art. 6º As ações desenvolvidas pela escola poderão ser divulgadas pelos meios de comunicação da região, auxiliando na formação da consciência ecológica de toda a população.

Art. 7º As escolas deverão avaliar os alunos de forma descritiva, com o objetivo de incentivá-los. Aprender, trocar experiência e apresentar alternativas viáveis para problemas que possam surgir no âmbito agroecológico.

Parágrafo Único. A avaliação do aluno deverá considerar:

- I) interesse;
- II) atenção;
- III) participação nas atividades propostas.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11/05/09.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Recentemente assistimos aos deslizamentos, as quedas de encostas e as enchentes ocorridas no vizinho Estado de Santo Catarina. Aqui no Paraná e a falta de chuva que está preocupando nossos administradores. Coincidentemente se repetem longas estiagens em 34 mil propriedades rurais nestes últimos anos.

A agricultura vem sendo praticada há cerca de 10 mil anos. Apesar de, neste período, ter havido grandes transformações, ela foi praticada de forma muito parecida com o que os índios praticam hoje ou como faziam os colonos até bem pouco tempo. A esse tipo de agricultura costumamos chamar de Modelo Tradicional.

Bem recentemente, de uns 50 anos para cá, o modelo tradicional foi sendo suplantado por outro. Iniciou-se um processo de modernização conservadora, com a disponibilização de tecnologias, ditas modernas para o agricultor. Essa agricultura ficou conhecida como Agricultura Convencional. Com a chegada desse modelo, o agricultor teve que aceitar certas tecnologias.

Junto à modernização conservadora chegou também, por exigência do modelo, a utilização de insumos e agrotóxicos e os trabalhadores rurais, ficarem expostos às doenças. Esta exposição a produtos nocivos, na maioria das vezes, não é informada pelas empresas que vendem o produto ou pelas empresas que dão a assistência técnica, por isso, os agricultores acabam sofrendo intoxicações e doenças fáceis de serem evitadas.

Outra mudança ocorrida com a chegada deste modelo convencional foi a queda da qualidade dos alimentos. Muitas vezes o consumidor está se alimentando com produtos inseguros ou com quantidades elevadas de agrotóxicos e sequer é informado disso. Como os transgênicos que até hoje os fabricantes evitam citar.

Uma das formas de evitarmos estas doenças aos agricultores e aos consumidores, é deixando-os cientes de que o uso de qualquer agrotóxico lhe trará prejuízos à saúde. Depois, através deste programa, é possível educá-los de forma que deixem de ser dependentes na produção e no consumo, garantindo uma alimentação segura a todos.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente.

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou usar o Pequeno Expediente para tratar do aumento de salário que vamos votar nesta semana para os servidores públicos.

O Governo encaminhou um projeto para esta Casa para aumentar o salário, na verdade é uma correção de 6% para os servidores públicos. Já conversamos sobre isso na CCJ. Nós da Oposição preparamos emendas. Queremos que o Governo seja coerente e dê o mesmo aumento que ele faz a iniciativa privada pagar, de 15%.

Fiquei preocupado, porque vi na imprensa, na internet, a divulgação que o Governo do Estado aumentou o salário de diretores, de presidentes, de secretarias de estatais, têm aumento até de 60%, alguns casos de 40%. Gostaria de perguntar se algum Deputado está sabendo desse aumento. Precisamos buscar as informações certas, se teve esse aumento, se o Governo baixou por decreto esse aumento. Agora, chega a hora de votar o aumento para o funcionalismo público, ele só quer dar reposição de 6%. O próprio DIEESE afirma que o Governo teria condições de dar aumento maior. Quando vem o Secretário da Fazenda nesta Casa prestar contas, ele diz que está ótima a arrecadação do Estado. Agora, para dar aumento para o funcionalismo público, ele diz que tem que verificar como vai se comportar a arrecadação. Os aumentos para o funcionalismo público vêm à conta-gotas.

Estamos, mais uma vez, cobrando do Governo, pedindo apoio de todos os Deputados desta Casa que nos ajudem a votar a emenda desse projeto, para que possamos restabelecer a coerência. Se votamos e aprovamos, por unanimidade nesta Casa, os 15% de aumento para a iniciativa privada, para algumas categorias profissionais e elas mereceram esses 15% que aprovamos, agora precisamos aprovar os mesmos 15% para os funcionários públicos. Como é que o funcionário público vai pagar 15% de aumento para alguém que trabalha para ele, se ele, funcionário público, só vai receber uma correção de 6%? Então, a nossa cobrança é pela coerência.

Vamos investigar esses números que vimos pela imprensa, se realmente o Governo aumentou o salário de alguns cargos dentro do Governo em mais de 40%. Se o Governador fez isso, como é que vamos explicar para a população, ou para o próprio funcionário público, aquele que fez concurso, que estudou, que ele vai receber só 6% de aumento? Porque é a correção, sendo que nós mesmos aprovamos um aumento de 15% para iniciativa privada

pagar? O Governo do Paraná discursa no Brasil inteiro dizendo: “Olha, no Paraná, se paga o maior salário-mínimo regional do Brasil!” Claro, é fácil discursar, porque não é ele quem paga. Quem paga é a iniciativa privada, são os empresários, quem paga não é o Governo.

Daqui a pouco volto, usando o horário do PPS, mais para frente, para que possamos continuar com esse assunto.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente Nelson Justus; demais membros da Mesa; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; visitantes que nos acompanham, hoje, aqui nesta Sessão; telespectadores que nos acompanham pela TV SINAL.

Primeiro quero registrar, com satisfação, mais uma vez, a presença do Fórum dos Setores Públicos, aqui representando todos os setores públicos do Estado do Paraná. São 14 sindicatos com representação nesse Fórum, que estão aqui acompanhando a Sessão no dia de hoje. Quero também destacar que o Fórum Sessão Plenária discutiu, construiu emendas ao projeto de lei que tramita aqui na Assembleia Legislativa, com relação à reposição salarial. Diga-se de passagem, foi uma conquista dos servidores públicos do Estado do Paraná a aprovação da Lei nº 15512/07, que instituiu pela primeira vez, no Paraná, para os servidores públicos, a data-base. Outros Estados estão, também, fazendo essa luta querendo conquistar a data-base. Aqui já avançamos, já temos constituído como lei estadual.

Assumimos o compromisso de defender as emendas apresentadas pelos servidores públicos e vamos apresentá-las no momento em que debate for posto na Sessão. Estamos debatendo, inclusive na Bancada do Partido dos Trabalhadores, para que todos os nossos companheiros de bancada também subscrevam essas emendas. Vários Deputados aqui do plenário já se inscreveram e queremos, enfim, que todos os Deputados e Deputadas apoiem essas emendas.

No dia de hoje, Sr. Presidente, como já havia sido pautado também, já havia convidado o Presidente e todos os Deputados e Deputadas desta Casa, para estarem conosco numa Audiência Pública que fizemos no plenário, com mais de 150 representantes de várias entidades do Fórum em Defesa da Assistência Social, do Conselho de Serviço Social, do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado do Paraná. Vários Vereadores, várias Vereadoras, vários gestores, várias entidades estavam presentes, dentre elas o Ministério Público; o Conselho Estadual de Educação; a Central Única dos Trabalhadores - CUT; o Deputado Federal Dr. Rosinha; os Deputa-

dos Elton Welter, Tadeu Veneri; o representante do Ministério do Desenvolvimento Social.

Fizemos um debate com a presença dos usuários do Serviço de Assistência Social do Estado do Paraná. E como já havíamos apresentado aqui na quarta-feira passada, no Pequeno Expediente, que estávamos, como já acontece em outros Estados do País, lá e Brasília, na Câmara Federal, construindo a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social no Estado do Paraná.

Na quarta-feira, 12 Deputados assinaram como membros da Frente Parlamentar aqui do Paraná. E estamos colhendo o apoio e a participação de outros Deputados e Deputadas. Os Deputados Professor Lemos, Tadeu Veneri, Luciana Rafagnin, Rosane Ferreira, Pedro Ivo, Pastor Edson Praczyk, Elton Welter, Antonio Belinati, Péricles de Mello, Beti Pavin, Mauro Moraes, Felipe Lucas, já integram a Frente Parlamentar na Defesa da Assistência Social. Essa Frente já foi criada no Ceará, em Minas Gerais, no Amapá, no Espírito Santo, Tocantins e no Mato Grosso do Sul. E agora estamos trabalhando para que ela também seja instituída no Estado do Paraná, para que as políticas públicas de assistência social alcancem todos os Municípios e alcancem àqueles que delas precisam.

Para concluir, dizer que estamos com apenas 233 Municípios no Estado do Paraná que implantaram os CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, e o CREAS - Centro de Referência Especializada em Assistência Social. Apenas 79 Municípios no Estado do Paraná constituíram. Então, precisamos avançar que todos os Municípios do Estado do Paraná implementem na plenitude o SUAS - Sistema Único de Assistência Social, porque ele é de grade alcance, é importante, é novo, é moderno, e faz com que a assistência social seja implementada como política pública e de direito das pessoas que dessa política precisam, e não como assistência social, não como esmola, como assistencialismo.

Então, dizer que estamos convidando conclamando os Deputados e as Deputadas que quiserem tomar parte nessa frente que venham conosco, porque queremos avançar para um dia ter, aqui na Assembleia, uma Comissão Permanente de Assistência Social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O próximo orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes do Fórum que estão presentes no dia de hoje.

Venho a esta tribuna, porque nos últimos dias temos tido informações, muitas delas contraditórias, a respeito do ocorrido na madrugada de quinta-feira com o Deputado Ribas Carli Filho.

Sei que diversos Deputados já se manifestaram, diversas pessoas já se manifestaram, e eu venho aqui externar, como não poderia ser diferente, a solidariedade também às famílias de Gilmar Rafael Souza Yared, conheci parte de sua família em União da Vitória, não conheço aqui; e Carlos Murilo de Almeida, mortos de uma forma brutal na madrugada de quinta-feira, dia 8 de maio. Quero manifestar também os meus votos para que o Deputado Ribas Carli Filho, que se encontra em São Paulo, segundo a imprensa, no Hospital Albert Einstein, que se recupere e que possamos ter esclarecido, definitivamente, o que de fato ocorreu.

Porém, é necessário, e digo isso com muita tranquilidade, que a Polícia seja absolutamente eficiente na apuração desse caso. Esperamos pelos responsáveis pela Segurança Pública no Estado do Paraná. Obviamente que não é possível que fiquemos indiferentes com o que aconteceu. Não por envolver um Deputado, pessoas que estão no dia a dia e que conhecemos, mas por ser uma situação fora do comum.

Não vai aqui, Sras. e Srs. Deputados, nenhum pré-julgamento, porque isso está sendo feito e não me parece ser o caminho correto. Mas a sociedade precisa e cobra uma explicação racional do que aconteceu. Não é possível que tenhamos justificativas, como as informações dadas pelos jornais: “Carros potentes decolam naquele trecho da via urbana, em função da irregularidade do piso.” Sabemos que isso não é verdade. Há 30 anos existe aquela via e não há um único carro que tenha decolado nesse período. Falo porque conheço muito bem a via. Mais ainda, esse tipo de informação, de afirmação, é um desrespeito à nossa inteligência e a de qualquer pessoa, em dizer que o que ocorre nas situações é que carros potentes decolam, por haver irregularidade na via.

Há mecanismos, Sras. e Srs. Deputados, técnicos para que seja apurada a velocidade desenvolvida, por ambos os casos. Há câmaras de filmagem no percurso e há testemunhas. Inclusive, uma delas, segundo os jornais, Leandro Lopez, afirmou que estava no local na hora do ocorrido presenciou e chamou o SIATE. Volto a dizer que não conheço as famílias, apenas de nome, porque sou de União da Vitória, há 40 anos atrás. Não conheço a família das vítimas fatais. Conheço daqui o Deputado Ribas Carli, mas não conheço seu pai e sua família. Mas sei que o que ocorreu poderia ter acontecido com o meu filho, ou com o filho de qualquer um dos senhores e das senhoras, e a dor seria a mesma.

Não podemos pensar, e acredito que ninguém pense isso, que situações como essa possam passar despercebidas. Não podemos pré-julgar, Deputado Belinati, mas também não podemos ficar indiferentes. É lamentável que tenhamos uma situação como essa. E usar a tribuna para isso também é muito lamentável.

Sr. Presidente, V. Exa. que inclusive fez visitas, eu não poderia, pela minha consciência, na segunda-feira, não

comentar o que ocorreu. Eu não estava em Curitiba, eu estava no Fórum do FUNDEB, em Irati, onde soubemos pelos jornais e algumas informações são absolutamente desconstruídas.

Era esse o meu pronunciamento, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, na semana passada o nobre Deputado Romanelli, por quem tenho grande respeito, figura extraordinária, grande Parlamentar, tenho a impressão que ele não estava no dia adequado, sei que ele usou a tribuna para não concordar e até fazer uma ironia, porque eu, Antonio Belinati, por quase 40 anos, ocupo cadeira de Deputado nesta Casa. Outro dia o Deputado Luiz Carlos Martins fez uma brincadeira comigo: “Pôxa, Belinati tem um painel aqui no prédio com o nome de 54 Deputados em uma das legislaturas, e o único que continua como Deputado é você”. Mas, evidente que a atuação de um Deputado agrada um segmento da sociedade, desagrada outro segmento. Às vezes agrada até determinados Deputados, independente de postura política, de postura ideológica, e também, dentro do que é a democracia, descontenta outros. E qual foi o descontentamento do Deputado Romanelli comigo? É que eu estava lendo, e vou continuar, os e-mails que os paranaenses nos enviam. Agora com a TV MERCOSUL e TV SINAL transmitindo, ao vivo, as Sessões, e aparecendo como aparece o nosso e-mail, acredito que todos os colegas estão recebendo ideias sugestões, críticas, do povo do Paraná, das mais diferentes Cidades, dos mais diversos níveis da sociedade paranaense.

Então, fomos criticados pela leitura dos e-mails. Acho que é um gesto de respeito, só o Deputado falar, mas devemos dar a chance do povo também falar, usando o Parlamentar que é o seu representante.

Deputado Scanavaca, comentava com a Cida Borghetti, parece até uma matéria combinada, na Gazeta do Povo de ontem: “Não fale conosco. Correspondência eletrônica: Políticos usam mal a internet como instrumento de diálogos com os cidadãos. Uns demoram a responder, outros são grosseiros e a maioria ignora os e-mails recebidos”. Moral da história: acredito que estou certo aqui sou empregado do povo. Sem o povo não sou ninguém.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Então, acho que adotei a linha certa, pedindo ao povo que nos mande e-mails, nos telefonem, conversem

conosco, com o Deputado da sua área, do seu Município, ou com o Parlamentar que você tiver mais simpatia, para que ele possa usar esta Casa, que tem que ser sempre a Casa do Povo, para trazer aqui os anseios, as aflições, as reivindicações da população do Paraná.

Dentro desta linha, tenho do Cabral um e-mail: *Deputado Belinati, nasci em Santa Catarina e vivo no meu Paraná há 41 anos. Hoje tenho 42 anos. Me considero um paranaense, moro em Curitiba há 13 anos e por aqui conheci uma invenção, que pode ser instalada nos carros, que baixa a poluição dos motores, e eu comprei esta ideia.*

Ele está preocupado, o Cabral, com essa poluição, e ele tem uma ideia: *O negócio funciona, chega a baixar a poluição em torno de 30% dos gases tóxicos que saem dos motores. Já procurei um órgão do Governo para vender a ideia, mas ninguém dá a mínima atenção. Fui até o MCT e também ao Ministério do Meio Ambiente e várias faculdades...*

Então está aqui. Qual o grande problema nosso hoje? O povo está morrendo até mais cedo, vítima da poluição, e quando aparece alguém como o Cabral, com ideia que pode reduzir esses gases que exalam dos motores dos veículos, onde é que está um órgão do Governo?

Então, o apelo aqui ao Governador Requião, ao Rasca, que é Secretário do Meio Ambiente, trocar uma ideia, de repente pode ser uma ideia viável e que vai garantir mais saúde para o povo, vida mais longa para a nossa população.

Da Jacima Karine, ela está morando na Inglaterra, está acompanhando os trabalhos da Assembleia Legislativa, e ela tomou conhecimento de um pronunciamento que fiz de que no Paraná tem 68 mil crianças trabalhando em plantação de fumo, que não estão na escola. Então, isso é uma escravidão infantil, que o Ministério do Trabalho tem que tomar rigorosas providências.

Do Messias: *Boa-tarde, Deputado Belinati. Gostaria de saber sobre o projeto* - é um projeto de lei que apresentei para acabar com o limite de idade para prestação de concurso público no Paraná, em especial na Polícia Militar, porque hoje, para prestar concurso para a Polícia Militar, tem que ter entre 18 e 30 anos de idade, porque quem tiver 30 anos de idade para cima já está velho, tem que colocar o pijama, no entendimento de algumas autoridades, ficar em casa, não pode prestar concurso público. Isto é um absurdo! É um atentado contra a dignidade humana, meu Deus do Céu! E foi um brasileiro, Osvaldo Aranha, quem assinou a Carta da Declaração dos Direitos Humanos no mundo.

Temos aqui, do Marco Aurélio Rocha, o e-mail: *Deputado Belinati, meu nome é Marco Aurélio Rocha. Gostaria de parabenizá-lo pelo projeto que acaba com a limitação de idade para prestação de concurso público no Paraná. No meu entendimento, o critério de idade fere a Constituição de 1988 - exemplo, na Polícia Militar, 30 anos de idade.*

Então, está lembrando muito bem o Marco Aurélio Rocha, que aqui no Paraná estão atropelando a Constituição do Brasil, porque não pode limitar a idade de quem quer prestar concurso público.

Da Luzia Fernandes: *Deputado Belinati, muito obrigado pelo seu carinho, ofertando-me informações sobre a poupança. É que o Lula parece agora que quer copiar o Collor e quer meter a mão também na poupança. Ele quer pagar apenas 65% da taxa SELIC, que é uma taxa de 10,5% ao ano. Então, a exemplo do Collor, o Lula agora parece que está com vontade também de colocar a mão no dinheiro das viúvas, dos velhinhos, daquele que coloca, às vezes, R\$ 50, R\$ 100 na poupança, por mês, para garantir o final de sua vida um pouco mais tranquilo.* E a Luzia Fernandes nos agradece pela crítica que fizemos. Nós entendemos que o Lula não tem que mexer na poupança.

E também ela fala aqui da rádio comunitária da Escola Naymi Abrão Nasser, de Marilena. Interessante, eles têm uma rádio comunitária que está faltando muita coisa para essa rádio poder continuar o serviço, principalmente da Educação. É importante que as autoridades ajudem essa rádio comunitária de Marilena, no Oeste do Paraná.

Do Alisson Paes: *Deputado Belinati, sou a favor do seu projeto que limita a idade nos concursos públicos. Confio em seu trabalho, nos representando no Plenário. Obrigado.*

Do Aroldo Santos: *Parabenizamos o Sr. Antonio Belinati, Deputado Estadual que muito nos honra por essas e outras ações voltadas ao povo menos favorecido, e ao mesmo tempo gostaríamos de solicitar de V. Sa. uma parceria no sentido de retornarmos o nosso programa na CNT Londrina nas tardes de domingo, uma vez que hoje estamos somente na TV Antares e a dimensão de alcance de imagem não é satisfatória, no nosso entendimento, por ser uma emissora de frequência UHF e ainda contamos com o desprestígio da Prefeitura Municipal de Arapongas, que pouco tem interesse de nos ajudar, pois sabe que o nosso programa que vai ao ar de segundas à sextas-feiras às 17h, de certa forma tem incomodado com o quadro Fala Comunidade, e dentre outras reivindicações e apelos veiculados em nosso programa Espaço Alternativo, mostrando o descaso com os seus munícipes... Sugerimos ao Sr. Deputado Antonio Belinati uma ajuda, onde ambas partes seriam beneficiadas. Gostaríamos de vossa colaboração, sendo uma ponte entre nós e o Prefeito atual de Londrina, Barbosa Neto, ou até mesmo à SERCOMTEL o pedido que eles nos abrissem as portas para apresentação de um projeto sociocultural itinerante que atenderia Londrina e região, em parceria com associações de bairros, aonde o povo de baixa renda possa ter acesso à cultura, tanto como realizar ou prestigiar apresentações de danças, teatros, poesias, gincanas, músicas e sorteios de brindes, fazendo a inclusão de todos aqueles e aquelas que se encontram no anonimato...O Palco do Povo será um show de talentos, um instrumento na construção de*

uma sociedade mais justa e melhor para se viver, e frisamos ainda que a ideia do mesmo será transmiti-lo na TV Antares e CNT... Esperamos contar com o vosso apoio nessa empreitada de valorização da arte popular.

Sobre Meio Ambiente: Sr. Deputado. Estamos acompanhando diariamente os noticiários nacionais sobre as mudanças do Código Florestal Brasileiro.

Vemos acusações e defesa com torcidas dos dois lados com vaias e aplausos.

Os 5 milhões de produtores rurais do País querem mudar o Código para reduzir percentuais de conservação obrigatória e os ambientalistas resistem a qualquer mudança.

O Código Florestal foi criado em 15 de setembro de 1965.

O artigo 2º diz que o rio que tem 10 metros de largura tem que ter, no mínimo, 30 metros de mata em suas margens.

De acordo com a largura do rio aumenta a metragem de mata ciliar, chegando a 500 metros para os rios com largura superior a 600 metros.

Posso até citar alguns nomes de famílias vindas principalmente da Europa como Benato, Durigan, Túlio, Dalarmi e tantas outras.

Essas famílias não precisavam da Lei Florestal para preservar os rios.

Pela cultura trazida, jamais chegavam perto da água com a agricultura e esgoto.

Então não podemos culpar os agricultores pela poluição de nossos rios.

Temos que culpar e punir os responsáveis. Quero saber quem foi que autorizou a construir casas na beira dos rios?

Quem incentivou alguns ruralistas a derrubar as matas para que os tratores entrem melhor na propriedade?

Quem foram os Prefeitos imbecis que autorizaram loteamentos sem infraestrutura?

Eu quero saber quem são esses responsáveis e se alguém foi para a cadeia.

E se ninguém foi punido, por que agora estão jogando a culpa nos agricultores?

Digo isso pois o absurdo acontece aos nossos olhos e nada se faz para a preservação.

A Floresta Amazônica está acabando, estão destruindo. Aqui no Paraná saiu um relatório recentemente de que a derrubada da Mata Atlântica, principalmente, a destruição é umas das maiores do Brasil.

Ficam essas indagações com o nosso apelo aos agricultores brasileiros, que amam e que ao cabo da enxada, nem todo mundo tem trator, estão ali no dia a dia, sol a sol, esperando chuva ou embaixo de chuva plantando o abençoado alimento.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Há questão de duas semanas o Paraná, e principalmente os funcionários da COPEL, foram tomados de surpresa sobre as demissões que aconteceram nessa empresa.

Fizemos um levantamento, e para que eu não incorra em nenhum erro, me permito ler neste momento.

(Lê):

A anunciada demissão de antigos servidores da COPEL, agora justificada pela contratação de novos quadros, depois da repercussão negativa que a anunciada demissão obteve junto a esta Casa, gerou uma intranquilidade dentro da conceituada empresa estatal.

Isto porque, como afirmou um veterano e experiente engenheiro da empresa: “um técnico recém-formado que entre na empresa pode ocupar a presidência.

Já um técnico capaz de resolver os sofisticados problemas que envolvem a administração de uma empresa como a nossa, geradora e distribuidora de energia elétrica, leva anos para ser formado”.

Os veteranos que a atual diretoria pretende demitir, mesmo sem terem completado o tempo de contribuição à Fundação COPEL, o que permitirá que se aposentem com os vencimentos integrais, um reconhecimento por terem levado a COPEL ao conceito que hoje desfruta, classificada entre as melhores, talvez até a mais importante do Brasil, esses veteranos merecem respeito.

A atual diretoria da COPEL tem merecido reparos dos que construíram a empresa e que veem hoje, decisões tomadas demonstrando que desconhecem os conceitos nela plantados por gente como o inesquecível Parigot de Souza. Um homem cujo nome é o próprio sinônimo de COPEL. Assim como o Presidente Lula incorporou seu apelido ao nome, poderíamos também chamar esse extraordinário engenheiro que a reconstruiu como Pedro COPEL Viriato Parigot de Souza. De onde ele estiver, certamente estará vendo com preocupação o que se anuncia na importante empresa estatal.

Uma empresa como a Companhia Paranaense de Energia Elétrica precisa ter um Plano de Sucessão, e não desmontá-la.

Os jovens que nela entram precisam ser orientados pelos mais antigos, preparando-os para assumirem postos cada vez mais altos, até chegarem aos postos diretivos.

O próprio Presidente Lula, dias desses, ao falar no Itamaraty, admitiu que cometeu erro ao colocar em cargos como o de Embaixador, políticos derrotados em eleições.

São cargos que exigem alta experiência técnica, que apenas um diploma não qualifica.

Não se defende que tais empresas como COPEL, SANEPAR e outras estatais sejam blindadas ao acesso de jovens. Muito ao contrário. A renovação competente é necessária.

Por isso voltamos a defender um Plano de Carreira e igualmente um Plano de Sucessão, evitando perdas de extraordinárias cabeças pensantes sem que outras estejam à altura de substituí-las.

Esse registro que hoje faço nesta tribuna é um alerta ao Governador, para que tais informações que hoje circulam dentro e fora da COPEL, não se confirmem.

As novas contratações não devem ser o pretexto para se dispensar aquelas figuras que construíram a COPEL de hoje, para que ela continue a prestar os excelentes serviços que hoje presta.

Por esta razão, entendemos que tem que ser revista esta posição, pois os veteranos da COPEL, os antigos engenheiros e outros diretores, que construíram a COPEL, não podem ser dispensados de uma hora para outra. Embora esta empresa tenha dito que já estão aposentados, estão aposentados pelo regime oficial, mas não completaram, ainda, o tempo de contribuição na Fundação COPEL. Para que quando saiam da empresa possam receber seus salários integrais.

Então, este é o pronunciamento e a questão que fazemos questão de levantar hoje aqui na tribuna, para que seja revista esta posição. Devemos incentivar os novos? Sim! Os recém-formados? Sim! Mas, valorizar aqueles antigos, os veteranos, que têm o conhecimento, que é o que o Brasil precisa, o Estado precisa, o Município. As empresas, precisam do quê? A experiência dos antigos, mas a juventude, a determinação, a garra, a vontade dos novos. Não dá, de uma hora para a outra, para tirar todos os antigos e colocar só os novos. Aí tem que ser feito um Plano de Sucessão para que a nossa empresa, a COPEL, não seja desmontada de uma hora para outra.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Concedemos a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, Deputado Mauro Moraes.

Deputado Mauro Moraes (PMDB)

O SR. MAURO MORAES

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados.

Primeiro quero agradecer, e ao mesmo tempo pedir a todos os Deputados presentes que votem favoravelmente ao projeto que está hoje em pauta, criando a Companhia do Policiamento Militar de Guaíra. Como já disse, depois de tanta luta, conseguimos até a compra de um helicóptero para aquela região. Porque é humanamente impossível policiarmos a região de fronteira sem termos nenhum helicóptero naquela região. Já tinha frisado nesta tribuna que somente os Estados do Piauí, Pará e Paraná ainda não tinham um helicóptero na Polícia Militar.

Outra coisa, fizeram várias indagações sobre meu comparecimento numa reunião, ou melhor, numa inauguração, da primeira linha em funcionamento de ônibus, que se refere à Linha Verde, lá no Pinheirinho. E evidentemente que compareci, com o Prefeito Beto Richa,

naquela inauguração, onde na Região Sul eu fiz mais de 40 mil votos. E falei que o povo a região estava muito grato e iria demonstrar ao Prefeito sua gratidão através das coisas que o político mais gosta de receber. Primeiro, o reconhecimento; e segundo, o voto. Não nego isto. Sempre que houver inauguração na minha região, quer seja do Presidente, do Prefeito ou do Governador, estarei lá presente, com certeza. Porque devo, sim, minha eleição ao povo da Região Sul de Curitiba.

Queria também dizer que infelizmente não foi colocado na Ordem do Dia o projeto que concede aumento aos funcionários do Estado do Paraná, porque já estávamos aqui com três emendas prontas. Uma emenda que estende o aumento de 15% se sobrepondo aos 6% já dados pelo Governador, enfim totalizando 21% a todos os policiais militares e policiais civis do Estado do Paraná. A outra emenda se estende também a Polícia Científica, que por lei desta própria Casa, se desmembrou da Polícia Civil e ficaria de fora desse aumento de 15%.

Também estamos estudando a possibilidade de repor um aumento aos professores do Estado do Paraná, que naquela ocasião a minha emenda foi rejeitada, mas infelizmente, quatro meses depois de dito nesta Casa que não tinha dinheiro, veio uma mensagem do Governo dando mais 10% a todos os professores do ensino médio do Estado do Paraná. Então, com certeza, também iremos apresentar a esta Casa essa emenda.

Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Só uma comunicação a V. Exa., o Tribunal de Contas mandou uma mensagem para a Casa dando 21% de aumento para o servidor do Tribunal de Contas. Parabéns ao Presidente Hermas Brandão a todos os Conselheiros do Tribunal. Parece que a mensagem está sendo devolvida ao Tribunal, mas se ela for mantida, Presidente, quero dizer que vamos apresentar emenda dando idêntico reajuste para todo servidor, 21% para todo servidor, para acompanhar o Tribunal de Contas, que é o que nos orienta inclusive na fiscalização das contas públicas.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao horário do Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos visitantes, senhoras e senhores que nos assistem pela TV SINAL.

Primeiramente gostaria de aprofundar um pouco mais aqui o tema que envolve o IML do Estado do Paraná. E esse tema repercutiu nos últimos dias, por ocasião do pronunciamento que fizemos aqui e que teve

alguns apartes, em que colocamos a idéia de discutir com os demais Parlamentares, e também com a comunidade, a questão da criação de um Fundo Estadual para atender as necessidades do Instituto Médico Legal do Paraná; ou mesmo a criação de uma autarquia que possa ter mais autonomia para dar um tratamento especial ao IML do Estado do Paraná. Sabemos que os atuais comandantes do IML estão fazendo o possível para restabelecer, primeiro a confiança da população, e depois também a tranquilidade, porque a demora tem sido uma constante, principalmente no que se refere aos casos de liberação de corpos procedentes de outras Cidades.

Por exemplo, no dia de ontem, tivemos um atropelamento, Deputado Alexandre Curi, vossa região lá de Telêmaco Borba, um garoto de 14 anos foi vítima de um acidente de bicicleta e acabou falecendo. O acidente foi por volta das 19h, o corpo chegou à 1h da manhã em Ponta Grossa, eram 6h30 da manhã e o corpo não havia sido liberado ainda. Então, imagine que esse corpo só foi liberado por volta de 7h da manhã, ou seja, quantas horas depois do episódio! Para a família, quando morre alguém, conta a partir do momento do comunicado. Começa o pânico na família, isso às 7h da noite, vira a noite e o corpo foi liberado agora às 7 h da manhã. Sei que existe um prazo de três, quatro horas. Quando é um bacana eles liberam em 10 minutos. Agora, quando é uma pessoa mais humilde, demora mais. É verdade, temos que ser realistas!

Venho há tempo falando, sei que alguns avanços estão acontecendo. Sei que foram contratados médicos agora; sei que estão comprando equipamentos, mas podemos brincar com os sentimentos das pessoas. O IML é o lugar mais triste de uma Cidade, e não podemos deixar essa brincadeira prosseguir. Só vai sentir o que estou falando quem passar por isso um dia e sentir a dificuldade que é para liberar um corpo. E não é tão difícil. Temos que fazer os IMLs do Paraná por número de ocorrências. O IML de Curitiba é o que tem mais ocorrências e o segundo maior é o de Ponta Grossa, não de crime, mas pela situação de acidentes, por estarmos num entroncamento rodoviário, um dos maiores do Sul do Brasil. Como Foz do Iguaçu também tem mais ocorrências, porque é uma Cidade que tem fronteira com Paraguai e Argentina.

Precisamos potencializar esses IMLs do Paraná. Todos precisam receber uma atenção especial.

Queria fazer, mais uma vez, esse apelo, e pedir ao Governo que comece a pensar nessa ideia do Fundo Estadual do IML, terceirizando alguns serviços. Ou que dê ao Comando dos Bombeiros, para que possa fazer o mesmo que faz com o SIATE. O SIATE é o maior orgulho do Estado do Paraná, porque em menos de cinco minutos está socorrendo e salvando a vida das pessoas. Quem é o grande operador desse SIATE? São os paramédicos. E

quem são esses paramédicos? São os antigos bombeiros treinados, preparados, e que hoje são o maior orgulho da Saúde do Estado do Paraná, junto agora com o SAMU. O maior orgulho de uma Cidade é o nosso Corpo de Bombeiros, comandando o SIATE. Que maravilha esse SIATE! Quantas vidas salvam! Quantas pessoas, graças ao SIATE, estão vivas!

Precisamos fazer isso com o IML! Precisamos colocar na estrutura dos Bombeiros, que é um dos grupos de maior respeito da comunidade, o IML. Precisamos colocar o IML para que o bombeiro também atenda. Outro dia, lá em Ponta Grossa, acharam o corpo de um menino às 11h da manhã, o afogamento tinha sido à noite. O corpo daquele jovem só foi liberado o outro dia às 11h da noite, isso porque eu fui lá.

Então, precisamos ter um pouco mais de atenção com todos os Institutos Médicos Legais do Paraná. Eu volto dizer: o momento de fazer isso é agora! Falta pouco. Sei que avanços estão acontecendo, mas o lugar mais difícil de uma Cidade é o IML. Então, sugiro aqui: ou que se incorpore o IML ao Corpo de Bombeiros, no Fundo, ou que se crie uma autarquia para cuidar exatamente dessa questão do IML.

Temos aqui aprovado, Srs. Deputados, um Fundo Estadual que determina que os cadáveres que não são reclamados, que são os chamados abandonados, que ninguém reclama, que eles possam ir para as universidades, mas o Conselho, até hoje, aprovado nesta Casa, não foi ainda formado. Os corpos que, às vezes, são enterrados de forma indigente, poderão ajudar os jovens das universidades a conseguir melhorar ainda mais seu aprendizado na questão médica.

Então, são coisas que precisam acontecer, e o momento é oportuno, porque o pessoal dos Bombeiros está a comandar o IML do Paraná neste momento. O que precisa é dar liberdade, é dar condições, é passar recursos para eles fazerem isso.

Deputado Péricles, V. Exa. que é professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa, outro dia vi aqui reclamação da nossa universidade. Sou gaúcho e acho que o gaúcho tem um patrimônio, que é o bairrismo. Se falar em nome da minha Cidade, brigo, apanho, surro, faço qualquer coisa. É bairrismo de gaúcho. Outro dia, alguém falou de dados do vestibular, que não conseguiu informação, não sei o que não conseguia. Primeiro, muitas dessas informações constam no site da universidade. No entanto, fiz questão de ligar para o Reitor e pedi que me mandasse os números do vestibular, do ano passado, da Universidade de Ponta Grossa.

Deputado Romanelli, V. Exa., como Líder do Governo, queria passar a V. Exa. uma cópia daquilo reclamado aqui, que tinha que entrar na Justiça para conseguir. Não precisa entrar na Justiça. É só pedir. É só ir lá em Ponta Grossa, na Universidade Estadual, e pedir ao Reitor que ele encaminha.

Como estou em Ponta Grossa todo dia, não moro aqui em Curitiba, vou e volto todos os dias a Ponta Grossa, graças a Deus, vou encaminhar a V. Exa. e, depois, V. Exa. como Líder do Governo, Deputado Romanelli, encaminha aos reclamantes. Aqui estão os dados do vestibular de Ponta Grossa, quanto arrecadou o vestibular de 2008 em Ponta Grossa. O professor João Carlos me encaminhou, me passou os dados, e o que é feito com o dinheiro. Fiquei até curioso e dei uma lida aqui. O vestibular do ano passado, Deputada Cida, arrecadou 1 milhão e 800 só de inscrição. Veja que bom, arrecadação de 1 milhão e 800. A arrecadação dos mais de 30 mil inscritos no vestibular de Ponta Grossa. E esse dinheiro, aqui, o Reitor apresenta onde é gasto, discriminado com pessoal, com programas sociais da universidade. Tudo é gasto em prol do estudante e através da instituição. Isto aqui faz parte de uma coisa que chamamos de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado. A universidade tem por obrigação fazer esse tipo de prestação de contas. Então, Deputado Romanelli, quero entregar a V. Exa.

Tenho pouco estudo. Estudei muito pouco. Aliás, ninguém deve fazer o que fiz. Abandonei os estudos para ficar no rádio. Fiz a faculdade da vida. Ninguém deve fazer isso, mas defendo a universidade. A universidade de Ponta Grossa é um dos maiores patrimônios da nossa Cidade, da nossa região e do nosso Paraná, e eu sei da responsabilidade.

Então, Deputado Romanelli, queria lhe entregar, na sequência, cópia oficial assinada pelo Reitor João Carlos Gomes, prestando conta daquilo que teve reclame aqui. Quando quiser essas informações não precisa brigar, é só falar com o Reitor. Fale com o Reitor, peça informações. Os órgãos são públicos e aqui está a prestação do vestibular do no passado, onde foi gasto. E vou passar para que V. Exa. possa, naturalmente, passar aos reclamadores. Não precisa gastar com o Poder Judiciário, fazer ação, perder tempo, é só ir à universidade e dizer: "Reitor, dá para me passar?" Isso está no site da universidade.

É isso, Sra. Presidente, Sr. Presidente, e faço questão de entregar ao eminente Deputado Romanelli esta questão que envolve a nossa universidade de Ponta Grossa. Agora, as outras universidades podem pedir para o Cheida, de Londrina, podem pedir para V. Exa., que é de Maringá, eu estou trazendo a de Ponta Grossa, porque é a região que temos a nossa representação política.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PMDB; Bloco PRB/PSB/PV; Bloco PTB/PR.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN: com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Falei há pouco, no Pequeno Expediente, sobre o aumento que o Governo concedeu para alguns cargos dentro do Governo. Até aí, tudo bem, acho que as pessoas trabalham, são bons profissionais, precisam receber bons salários para fazerem jus ao trabalho que executam. Mas, eu estou falando aqui, agora, do decreto que o Governo fez, Decreto nº 4281, tenho a cópia aqui, de 18 de fevereiro de 2009. Esse Decreto: *O Governador do Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 87, incisos V e VI da Constituição Estadual, decreta.* O artigo 1º, ele fala que o inciso I, do artigo 2º, é cheio de códigos. Então, para entendermos mais rapidamente, vamos falar uma linguagem que a população entende: o nível 1G, dentro dos cargos que ele está aumentando, é destinado aos ocupantes de cargos e funções de Diretor Geral de Secretaria de Estado, Reitor de Universidade Estadual, Diretor ou Presidente, ou equivalente, e demais Diretores de autarquias. O valor do nível 1G poderá ser acrescido em 62% de aumento e em 43%, respectivamente. *Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Curitiba, 11 de fevereiro de 2009.*

Então, está aqui o decreto que o Governador Requião fez e que está hoje, inclusive, no site do Fábio Campana, colunista aqui de Curitiba, reconhecido. O que eu quero dizer é o seguinte: é legal? É legal. Ele pode dar o aumento? Pode. O que estamos cobrando é novamente a questão da coerência: se para alguns dá um aumento de 62%, para outros 43%, para a iniciativa privada ele apresenta um projeto de lei, e nós votamos, de 15% no salário dos funcionários da iniciativa privada. Agora, quando é para o funcionário público, aquele que fez concurso, aquele que coloca a sua vida como missão de ser servidor público, o reajuste é só de 6%. Tenho que falar, não pode. Temos que lutar aqui. E aí conclamamos a todos os Deputados que votemos, nesta semana, a favor do funcionário público, um aumento de 15%, pelo menos, como fizemos com a iniciativa privada.

Depois que eu fiquei sabendo desse Decreto, fiquei ainda mais triste com o Governador. Não que aqueles funcionários que trabalham na Secretaria não mereçam ter um aumento. Eles merecem. Mas o que não podemos fazer, Deputada Cida, V. Exa. que preside os trabalhos nesta tarde, é colocar de forma desproporcional. Para alguns, aumento de 62%, e para a grande maioria de funcionários, aumento apenas de 6%. Aí, ele discursa dizendo que é o Governador dos pobres. Quem é pobre nesta história? É neste sentido que estamos cobrando coerência. Comecem a racionar: 62% para alguns poucos, 43% para outros poucos, e quando é para o funcionalismo público, para a grande maioria, o policial militar, o professor, enfim, a grande maioria dos funcionários públicos, é só 6%.

Estamos pedindo mais uma vez o apoio para o funcionalismo público, votando a favor das emendas que estamos propondo, junto com o Deputado Elio Rusch e outros Deputados. Quem quiser pode assinar junto conosco, porque fica um corpo maior, para aumentar o valor do salário do funcionalismo público. Quantas obras estaríamos fazendo com esse aumento?

Vi na imprensa que o Governador falou o seguinte: “Deputado que discursa contra o Governo na Assembleia, não é para entregar ônibus.” Eu gostaria de entregar muitos ônibus na minha Cidade, até cansar. Seria bom que muitos Deputados nos ajudassem a entregar muitos ônibus, porque são muitos e cansa só um entregar.

Dizer ao Governador que não quero aparecer com obra de Governo. Já votei a favor desses ônibus, na Comissão de Orçamento, e no dia que foi votado aqui o orçamento do Estado, ajudando, a aprovar os ônibus. Pronto, agora o Governo que entregue! Pedimos que os ônibus sejam entregues em todos os Municípios. Parece que é isso, o Governador vai fazer.

Agora, a Clínica da Mulher que está faltando, não está indo para todos os Municípios. Novas escolas também não estão indo para todas as Cidades. Então, não são todas as Cidades que estão sendo beneficiadas com obras do Governo. Se aprovarmos aqui um aumento melhor para o funcionalismo público, aí sim estaremos conseguindo obras para todos os Municípios. Porque os funcionários estarão trabalhando em todos os Municípios do Paraná. E o dinheiro dos ônibus é do povo, com os impostos, e não do Governo. Aliás, impostos que foram aumentados na energia elétrica, combustível, telefone.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Douglas, permite-me um aparte?

(Assentimento)

Ontem, estive percorrendo, todo o final de semana, como é de costume, o interior do Estado do Paraná, e fui questionado por um prefeito, amigo e companheiro nosso: “Deputado, vou receber os ônibus, mas é importante que o senhor participe, porque existe um pedido e o Deputado de Oposição não participa.” Eu lhe disse para ficar tranquilo, porque fui a primeira pessoa a falar para o senhor, que sou Oposição a este Governo, mas vai durar só um ano e meio. Vamos ganhar a eleição no ano que vem. A partir de 2011 seremos Governo e com toda certeza não faremos essa politicagem de ônibus. Os ônibus estão há meio ano quase parados aqui no pátio, em algum lugar, e só agora estão entregando.

Quando votamos a reforma tributária, fui perguntar a um proprietário de farmácia por quê aumentou o remédio dele. Ele disse: “Deputado, para nós o remédio se tornou mais caro, porque tínhamos desconto e agora incide imposto sobre o desconto.” Aliás, vou procurar os proprietários de farmácia e o sindicato para que eles tragam para nós as informações. Essa informação que o senhor me trouxe.

Vamos acompanhar também, Deputado, e a sociedade do Paraná, é importante que se acompanhe, quando foi votada a reforma tributária, V. Exa., nós e tantos outros Deputados alertamos a sociedade que essa reforma tributária foi só para engordar o caixa do Governo. Vamos mostrar com números que estávamos certos. Aumentou a energia, aumentou a gasolina, a telecomunicação. Mas onde era para reduzir, vamos ver. E agora deve ter reduzido muito mais ainda, porque não tem mais IPI sobre utensílios brancos.

Parabéns pelo seu pronunciamento. E dizer que se fôssemos Governo, se fôssemos da base do Governo, estaríamos aqui fazendo pronunciamento cobrando do Governador para não deixar os ônibus parados meses e meses, e muitos alunos sem transporte escolar.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Os ônibus que o Governo está entregando, vai cobrar o seguro das Prefeituras. E não é doação, não. É concessão por 10 anos, me alertou um Prefeito esse final de semana. Ele disse: “Virá um Deputado me entregar o ônibus e ele vai falar para devolver o ônibus daqui a 10 anos e para pagar o seguro.” Veja só que presente de grego.

Tenho pouco tempo, mas concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

V. Exa. integra um partido, o PPS, que integrou o Governo do Jaime Lerner, que nunca entregou nenhum ônibus. Nenhum ônibus foi entregue. Como fez o Deputado Elio Rusch, que é do PFL, desculpe, do DEM, nunca entregou nenhum ônibus em Município nenhum. E Deputado Elio Rusch, pelo jeito não vai entregar também, porque os Deputados que integram a base do Governo, em nome do Governador vão estar nos Municípios, como têm estado, levando os benefícios para que nossos alunos possam ter um transporte escolar. E 10 anos é o prazo de vida útil dos ônibus. E a apólice de seguro é para a garantia da substituição em caso de haver algum tipo de acidente. É uma apólice pequenininha e o Município tem que pagar mesmo. Agora que vai ser um prazer muito grande, Deputado Douglas Fabrício, V. Exa. é um Deputado de Oposição, mas vou escolher um Município para que V. Exa. possa me acompanhar para ter o prazer de fazer a entrega de alguma coisa boa, levar algum benefício para o Município da sua região. Vou fazer isso com o maior prazer, para que V. Exa. tenha o prazer de sentir o valor do ponto de vista daquilo que é importante fazer para beneficiar o Município e principalmente as pessoas.

Era isso. Obrigado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Agradeço o convite, a gentileza, V. Exa. uma pessoa simpática e gentil, para que pudesse estar junto acompanhando a entrega do ônibus. Só vou entregar se o senhor não cobrar dos Municípios o seguro, que é R\$ 3 mil e não é pouca coisa. E também entregar, verdadeiramente o ônibus para o Município, e não concessão.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Iria lhe convidar para ir a Roncador comigo, mas já vi que V. Exa. não quer entregar ônibus mesmo.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Já ajudei a aprovar na Comissão de Orçamento, já ajudei a aprovar que comprasse esses ônibus. Então, a minha parte eu já fiz. Agora, aparecer num negócio que é um presente de grego? Sinceramente!

E mais um pedido final: é a votação do salário dos funcionários públicos esta semana. Se votar a favor do funcionalismo público, pelo jeito não vai poder entregar ônibus. É outra coisa que eu estou vendo aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

No horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi**O SR. WALDYR PUGLIESI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria até que o Deputado Douglas Fabrício pudesse permanecer no plenário, para avançarmos um pouco nessa discussão. O Deputado Douglas, poderia dizer que é uma revelação da política paranaense, esta Casa desempenha seu papel com dignidade.

Gostaria de dizer o seguinte: há alguns dias estive numa solenidade no Palácio das Araucárias, onde estavam as Prefeitas do Paraná. Foi uma deferência, uma homenagem do Governo do Estado para que as administradoras pudessem estar aqui, até para receber orientações do Governo do Estado em relação a essa questão dos ônibus.

Lembro que quando os ônibus estavam aqui na frente do Palácio Iguaçu, muitos criticavam dizendo o seguinte: “Os ônibus não deveriam estar aqui, deveriam estar fazendo transporte, que é precário para os alunos aí pelo interior afora”. Mas existe uma série de exigências legais que precisam ser cumpridas. V. Exa. mesmo acabou de dizer: “Olha, vão ter que pagar o seguro.” Então, essa é uma parceria do Governo do Estado com os Municípios. Um ônibus desse, não sei bem, mas deve valer 120, R\$ 130 mil. São 1 mil e 100 ônibus.

Então, imaginem tudo aquilo que o Governo do Estado está fazendo de investimento neste momento, para gerar empregos, para manter o desenvolvimento do Paraná em andamento, essa coisa toda. Então, pagar R\$ 3 mil, que podem ser parcelados, por um Município, não me parece nada em exorbitância. Parece que é plenamente aceitável. Outra coisa, o Governador Requião insistiu muito para que os condutores, que

terão a obrigação de desempenhar esse serviço em nome dos Municípios, eles precisam estar plenamente capacitados. Não colocar motoristas que, muitas vezes, apesar de muitos deles estarem já trabalhando há vários anos, não possuem os conhecimentos técnicos exigidos.

Quando ali no Palácio das Araucárias, me pediram, o Governador pediu para que eu me manifestasse, eu falei mais ou menos o seguinte: que o importante não era a minha presença, nem a presença de nenhum Deputado; o importante era mais uma política que estava nascendo e que precisava ser continuada. Tanto é que falei: Sras. Prefeitas, ano que vem gostaria de vê-las todas aqui neste mesmo local para estarem recebendo mais ônibus.

Então, essa é uma política que acho que deve ser saudada, porque é uma boa política do Governo do Estado, que caminha na direção da resolução desse problema que é permanente em todos os Municípios. Então, imaginem, este ano vamos distribuir esses 1 mil e 100 ônibus.

O comodato é aquela questão, poderíamos até espichar um pouco. Não deu, deixe. Ensine a pescar. Tirando de lado toda a pieguice que pode existir em cima disso, mas é por aí. É uma parceria da Prefeitura com o Governo do Estado. O Governo do Estado entra com uma substancial quantia. E o Município, para se sentir também coautor dessa política, comparece.

Logicamente, volto a repetir, o importante, Deputado Valdir Rossoni, não é a presença do Deputado na entrega dos ônibus, mas é a adesão do Deputado a essa política que foi implantada. Ano que vem, só se as condições da economia de finanças não permitirem, mas certamente estaremos fazendo essas distribuições de milhares de outros ônibus, caminhando naquilo que estou dizendo, na resolução desse problema.

Fui Prefeito várias vezes e conheço muito bem esse problema. Muitas vezes tomamos conhecimento de noticiário: “Acidentes com escolares acontecem em determinados lugares”. Muitas vezes é o desespero do motorista, outras as condições precárias dos veículos que fazem o transporte dos nossos alunos. Agora, o Romanelli bateu numa tecla. Imaginem assim, nós somos a base do Governo. No meu caso, sou o fundador desse partido, MDB, estou há não sei quantos anos na política, desempenhando mandatos que me foram confiados através do voto.

Então, muitas vezes como agora, recebemos o ônus da defesa do Governo em algumas aplicações que não são práticas, como agora vem a questão salarial, não são simpáticas à maioria das pessoas. Mas, temos que colocar a lealdade, o companheirismo acima de tudo. Alguns querem aparecer como os bonzinhos e na hora da dificuldade tiram o corpo fora. Na hora que você vai entregar esses ônibus, que são uma conquista municipalista, poderia dizer, pela sensibilidade do Governador Requião - de minha parte não há problema nenhum - que Deputados que não apoiem o Governo estejam lá.

Mas muitos fecham questão nessa oportunidade. Por que nós, que carregamos o fardo pesado, na hora de obtermos alguma simpatia, vamos dizer, dos eleitores, vamos dividir aquilo que é simpático e assumimos só aquilo que é antipático? Não, nós agimos dessa maneira. Vamos entregar esses ônibus e os Prefeitos, as Prefeitas que estão indicando que são os seus Deputados, para que eles possam estar presentes, se quiserem, nessa solenidade que marca uma grande vitória do Governo do Estado.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pugliesi, V. Exa. é uma pessoa que admiro aqui no Plenário, sempre com uma postura em defesa do Governo, aquela postura realmente que eu também defendo. Se a pessoa se elegeu junto com o Governador, no mesmo partido do Governador, tem que defender o Governador. Eu me elegi com o voto do povo, pela Oposição, e me mantenho coerente na Oposição. E muito tenho ajudado também o Governo. Muitos projetos do Governo nós votamos favoravelmente. este, inclusive, dos ônibus, nós votamos, porque o orçamento do Estado é discutido aqui. Sou Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e votei favoravelmente.

Agora, eu imaginava, quando falavam que iriam levar ônibus aos Municípios, que os ônibus fossem doados, que fosse um direito dos Municípios. Na minha concepção, pelo que estou entendendo, é uma espécie de empréstimo, porque daqui a 10 anos tem que devolver, mas tem que pagar o seguro. E tem Prefeito que vai receber esses ônibus, dois, três ônibus pode não parecer muito, R\$ 3 mil, como V. Exa. falou, mas se somar os três ônibus vai dar R\$ 9 mil na crise que estão passando algumas Prefeituras de Municípios pequenos, então é neste sentido que os Prefeitos vieram me pedir. Falei: pode deixar que eu vou cobrar do Governo. Vai que o Governo coloca a mão no coração e de repente isenta os Municípios de pagarem esse seguro também.

E quanto a entregar os ônibus, não tem problema, eu realmente não estou querendo aparecer para entregar ônibus. Deixe que vá algum Deputado do Governo. Até teve Prefeito, meu aliado, que falou: “Douglas, quem você acha que devo indicar para entregar o ônibus?” Falei: indica fulano de tal lá. Eu mesmo tenho indicado alguns Deputados do Governo para entregar ônibus na minha região.

Obrigado.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Democratas. Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A Câmara Federal aprovou, na última terça-feira próxima passada, um projeto do ex-Senador João Capi-beribe, que trata da transparência total no Brasil, e este projeto foi aprovado, como já disse no Senado da República, e traz inovações na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele altera, e nós discutimos amplamente isto aqui na apresentação do nosso Portal da Transparência, os artigos 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 78 e outros artigos mais, e a grande novidade vai agora para a sanção presidencial, nobre Deputado Elio Rusch, e o Presidente da República terá que sancionar ou vetar o projeto, ou até vetar parcialmente, ou sancionar parcialmente o projeto, mas as mudanças são substanciais na questão da transparência.

A partir da aprovação desse projeto, se virar lei, o Poder Executivo a nível nacional, estadual, municipal, enfim, a União, os Estados e os Municípios terão que ter a transparência total, o que significa dizer que a partir da sanção presidencial, toda e qualquer despesa dos Poderes, dos entes constituídos no País deverão estar em tempo real disponibilizados na internet.

Vejam que situação: a partir do momento que este projeto virar lei, toda execução orçamentária, portanto, todo o detalhamento da despesa, estará acessível a todo e qualquer cidadão. Ou seja, Sr. Presidente, aquilo que falávamos e falamos sempre, que a execução orçamentária é um dever do Parlamento, mas para que o Parlamento possa cumprir este dever ele tem que dispor de mecanismos que o próprio Poder Executivo deve fornecer à Assembleia Legislativa e, até pela minha experiência nessa questão orçamentária, por várias vezes já tentei ter acesso às informações, ao detalhamento das despesas, porque vai além daquilo que está disposto no SIAFE, que é o acompanhamento da execução orçamentária em tempo real. Nem nós que somos Parlamentares conseguimos ter este mecanismo num Estado, como é o Estado do Paraná, que é um Estado que tem o SIAFE, que é um Estado que disponibiliza algumas informações na internet. Mas a partir do momento que isso virar lei, todo e qualquer cidadão vai ter oportunidade, em tempo real, de saber o quanto é que o Poder Executivo, o quanto é que o Governo Federal, na Administração Direta e na Administração Indireta, por exemplo, gasta em publicidade. A partir do momento que isso virar lei, todos nós cidadãos brasileiros, não só os Deputados, terão a oportunidade de saber quanto é que o Governo gasta em publicidade, vai ter oportunidade de saber quanto que o Governo gasta em tudo: de um lápis à licitação internacional que é feita.

Vai além, inclusive, a lei. Toda e qualquer despesa que estiver respaldada ou amparada num procedimento licitatório vai ter um quadro resumo na internet dizendo que esta despesa se refere à licitação número tal.

Dou um aparte breve ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Acredito e isso prova, V. Exa. que fez aqui todo o trabalho para que tivéssemos não só o Portal da Transparência, mas também as demais modificações, em relação inclusive às prestações de contas da Assembleia Legislativa, dos Deputados, isso prova que estamos no caminho correto.

Há hoje - embora o Congresso Nacional tenha uma série de questionamentos, uma série de suspeitas pesando sobre o Congresso - mas há hoje uma determinação do próprio Congresso em separar o joio do trigo. Ao fazer isso, entre outras medidas está, como V. Exa. bem lembrou aqui, remetendo para a sanção do Presidente da República uma determinação que fará muito bem para o nosso País. Será uma revolução, eu diria para os nossos costumes, nas Prefeituras, nas Câmaras, no Congresso, nas Assembleias, semelhantes à que tem sido inclusive a Lei nº 101, que tem problema, mas tem muita coisa boa. Justamente por isso, acho que aqui no Estado do Paraná, quando V. Exa. se debruçou, desde o ano passado, sobre os processos de transparência da Assembleia Legislativa, alguns não acreditaram que isso pudesse acontecer. Hoje já estamos no mês de maio e sabemos que mais três meses, mais dois meses, isso é realidade.

Parabéns mais uma vez, já tive a oportunidade de fazê-lo, mas não perco a oportunidade. Parabéns mais uma vez a V. Exa. e a todos aqueles que têm contribuído para que tenhamos condições de dar ao público aquilo que é do público.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço, o aparte de V. Exas. e as palavras elogiosas, e tenho certeza que é um processo de transformação do Brasil. Não só de transformação da Assembleia Legislativa, do compromisso firme da Assembleia Legislativa, do nosso Presidente Nelson Justus, mas é um processo irreversível de transformação no Brasil. Se esse projeto virar lei, com toda certeza o nosso País nunca mais será o mesmo. Teremos crises institucionais, num primeiro momento, mas para um salto de qualidade em brevíssimo tempo.

Veja só, nessa transparência total em tempo real, também o cidadão brasileiro vai saber verdadeiramente, nós teremos um impostômetro, porque o cidadão brasileiro vai saber quanto é que paga de imposto em tempo real.

Então, aquele impostômetro que vemos ali na rua XV, na avenida Paulista, em São Paulo, todos os cidadãos vão saber exatamente quanto está entrando no caixa da União, no caixa do Estado, no caixa de cada uma das Prefeituras. É a receita em tempo real e a despesa em tempo real. Todos estarão obrigados? Sim, todos estarão obrigados. Estarão obrigados o Poder Executivo em nível federal, o Governo do Estado, e os Governos municipais. Estarão obrigados o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais. Estarão obrigados o Poder Judiciário, no seu todo: o STF, todas as estruturas do Poder Judiciário, o Ministério Público. Todo mundo vai estar obrigado. Os valores reais de diárias que são pagos. Tudo isso vai ser disponibilizado.

Então, a sociedade terá acesso direto. Os tribunais de Contas estarão obrigados também a ter a sua despesa e detalhamento da despesa publicado. E os Municípios terão uma situação um pouco diferenciada, porque os Municípios até 50 mil habitantes terão um prazo máximo para ter a despesa em tempo real na rede mundial de computadores, de quatro anos.

Os Municípios de 50 a 100 mil habitantes, um prazo máximo de dois anos; e todos os demais Poderes da União e as Cidades com mais de 100 mil habitantes, terão o prazo máximo de um ano para colocar em tempo real as suas despesas.

Existem algumas questões que, no meu entendimento, são de ordem constitucional, que é a transparência, que é um espírito já previsto na própria Administração Pública, e nesse projeto existem algumas questões de foro ideológico, como a que obriga, no inciso I do artigo 48, que está sendo inserida a ampla discussão, a ampla participação popular na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, na elaboração da proposta de orçamento, e também do Plano Plurianual.

Acredito que isso é uma questão mais ideológica e que certamente isso será apreciado pelo Presidente da República. Quem sabe até possa haver o veto nessa questão ou não, vai depender, porque essa sempre foi uma bandeira histórica do Presidente da República.

O apelo e a expectativa para que o nosso Presidente da República tenha a sensibilidade de sancionar esse projeto de lei, que será uma grande transformação na vida e na história do País.

Vamos ver até que ponto a nossa autoridade máxima pretende a transparência no Brasil. A transparência total e absoluta em todos os Poderes da União, devassando, escancarando todas as despesas públicas, inclusive as despesas do Brasil, da Caixa Econômica Federal, porque vai alcançar Administração Direta e Administração Indireta, alcançando as Organizações Não Governamentais. É um desafio muito grande que o Presidente da República terá. O Congresso Nacional, mesmo diante dessa saraivada que tem sofrido nas últimas semanas, dá uma resposta objetiva para toda a sociedade brasileira, para os meios de comunicação, para todos os cidadãos.

Espero firmemente que o Presidente da República possa sancionar esse projeto dele, com a transparência total e em tempo real de todas as despesas realizadas no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passamos ao horário da Liderança do PT. Concedo a palavra ao Deputado Professor Lemos.

Liderança do PT: Deputado Professor Lemos**O SR. PROFESSOR LEMOS**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores convidados, visitantes e também os telespectadores que nos acompanham pela televisão.

Pedi este horário do PT para vir aqui à tribuna para conversar sobre a Educação.

No ano de 2006, fizemos um grande debate acerca da ampliação do investimento na Educação no Estado do Paraná.

Debatemos com Deputados em Audiência Pública nesta Casa, fizemos o debate com o Secretário da Educação, Maurício Requião na época, com o Governador Roberto Requião. O Governador encaminhou para esta Casa uma Proposta de Emenda Constitucional, por solicitação dos movimentos sociais, dos sindicatos e da sociedade paranaense. No dia 20 de outubro de 2006 foi votada e aprovada por unanimidade a Emenda nº 21, em 1ª discussão. E no dia 6 de novembro de 2006, votada e aprovada em 2ª e última discussão.

Ficamos acompanhando a publicação no Diário Oficial desta Emenda nº 21, que modificou o artigo 185 da Constituição do Estado do Paraná, para determinar que o Paraná tenha a obrigação de aplicar, no mínimo, 30% dos impostos arrecadados, em Educação. E até aquele momento era 25%.

Ficamos acompanhando. Conversamos com o Deputado Nelson Justus e no dia 4 de agosto de 2007, no dia em que fizemos um grande debate sobre a alfabetização no Paraná e no Brasil, com a presença do Ministro Fernando Haddad, o Presidente Nelson Justus promulgou a Emenda nº 21, e no dia 7 de agosto de 2007, essa emenda foi publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, ampliando o investimento em Educação.

Isto permitiu, no ano de 2007, que pudéssemos avançar em programas importantes para a Educação no Estado do Paraná. Permitiu, por exemplo, reajuste salarial aos servidores da Educação, plano de carreira para os funcionários de escola, permitiu em 2008, no final do ano, em dezembro, aportar 133 milhões para a compra de 1 mil e 100 ônibus, com a diferença conquistada por esta emenda constitucional.

Permitiu, também, que fossem empenhados mais de 200 milhões para a construção de quadras poliesportivas cobertas nas escolas estaduais do Paraná, onde ainda não tem cobertura. Isto é recurso o orçamento do ano passado. Permitiu também que fossem empenhados recursos da ordem de mais de 44 milhões para reformas e ampliações nas escolas estaduais.

Estou dizendo isto porque temos um programa do Governo do Estado na área de Educação, para a cessão de ônibus aos Municípios, para a construção de quadras poliesportivas cobertas, para reformas de escolas. Isto não pertence a um Deputado ou a outro. Isto pertence ao conjunto do povo do Paraná, que trabalhou, sensibilizou o Executivo, o Legislativo, e foi unânime esta mudança na Constituição do Estado do Paraná, para permitir que mais recursos fossem aportados na Educação.

Por isso, é bom que expliquemos que é um programa do Estado. São recursos de impostos do nosso povo trabalhador, que todos os dias paga seus impostos, e que têm que ser destinados para a Educação. Também um

outro programa é a construção de 15 escolas grandes, que são chamadas Escolas de Referência, em Cidades do Estado do Paraná, como por exemplo lá na Cidade de Laranjal, no valor de mais de 12 milhões cada unidade destas. Inclusive com moradia para os professores e funcionários de escola, porque esses Municípios têm dificuldade em encontrar professores.

Também 100 escolas o Estado está construindo, vai construir em parceria com os Municípios para atender demanda municipal. Isto é muito importante, é programa do Governo.

Portanto, não dá para chegarmos no Município como Deputado Estadual, nos apresentarmos lá como aquele que está doando o ônibus, a cobertura da quadra, a reforma da escola, uma escola municipal ou uma escola de referência. Ora, isto precisa ficar registrado nesta Casa, isto é programa e precisa ser implementado. Então, todas as pessoas, Deputados e Deputadas, todos que contribuem com os seus impostos para abastecer os cofres públicos do Estado devem ser convidados a fazer inaugurações, entregas de ônibus.

Enfim, venho à tribuna esclarecer e dizer que apoiamos essas políticas, que elas sejam implementadas, mas são políticas públicas, com recursos públicos, e não é doação de nenhum Deputado, seja Deputado A ou B.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do PSDB. Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 025/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação ao Município de São José dos Pinhais, do imóvel com área total de 5.752,25 m², proveniente da unificação dos lotes 01 a 07 e 12 a 18, da quadra 05, na localidade denominada Ressaquinha, naquele Município, registrado sob matrícula nº 11764, da 1ª Circunscrição do Registro Geral de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 026/09, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matelândia, imóvel constituído pelo lote urbano nº 04, quadra 68, conforme matrícula nº 15538 do Registro Geral de Imóveis daquele Município. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 074/09, subscrito pelo Deputado Professor Lemos, constante do expediente, comunicando cancelamento da Audiência Pública, a qual se realizaria no próximo dia 20 de maio do corrente ano, nas dependências do plenarinho desta Casa, sob o tema Acesso e Permanência das Pessoas com Deficiência no Serviço Público. **Ao cerimonial, para providências.**

Ato de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, concedendo ao Deputado Ribas Carli Filho, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir da presente data. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Recurso de Plenário de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, contra a decisão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 424/08 de autoria do mesmo. **Rejeitado.**

Recurso de Plenário de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, contra a decisão pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 423/08 de autoria do mesmo. **Rejeitado.**

Indicação nº 582/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, execução de obra de construção de viaduto no cruzamento da avenida América com a avenida Maranhão, na Cidade de Cianoorte. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 583/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a doação de imóvel à Associação dos Deficientes Físicos do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 584/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização a ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda e o Município de Quatro Centenário. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 585 a 592/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de uma Biblioteca Cidadã, nos respectivos Municípios: São José dos Pinhais, Santo Antônio da Platina, Tibagi do Sul, Piraquara, Piraí do Sul, Pinhais e Siqueira Campos. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 593 a 603/09, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Governador do Estado, viabilização de um aparelho de ecografia para os respectivos Municípios: Campina Grande do Sul, Castro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Matinhos, Mato Rico, Santa Mariana, Pinhais, Morretes e Piraí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 604/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário da Saúde, implantação de uma Clínica da Mulher no Município de Rancho Alegre d'Oeste. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 605/09, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exma. Sra. Secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, atenção especial à implantação do curso de História na Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Durval Amaral, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Douglas Fabrício e demais Deputados, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2039, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando autorização desta Casa de Leis para viagem a São Paulo, no período de 07 a 09 de maio do corrente ano, para participação no encontro do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas e da Câmara Distrital. **Retirado.**

Requerimento nº 2062, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, solicitando autorização para comparecimento ao Seminário Integração Sul - Americana na Saúde, nas questões Aduaneiras e na Legislação de Trânsito, nos dias 07 e 09 de maio do corrente ano, com a consequente dispensa de presença para as Sessões que venham a ser realizadas durante a duração do evento. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2124, de autoria do Deputado Carlos simões, constante do expediente, solicitando afastamento de suas funções por 05 (cinco) dias, a contar de 11 de maio do corrente ano, para realizar viagem a Brasília, acompanhando lideranças políticas do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2126, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente, solicitando afastamento para acompanhar o tratamento de saúde do Deputado Ribas Carli Filho, que encontra-se hospitalizado, pelo prazo de 21 (vinte e um) dias, a partir da presente data. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2136, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente, requerendo informar a viagem dos dias 13 a 17 de maio de 2009, para a Colômbia e Venezuela. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 2146, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, requerendo autorização para viagem ao Município do Rio de Janeiro em evento Seminário Nacional de Urbanismo, Paisagismo e Arborização Urbana, no período de 18 a 20 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2176, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência em Plenário no dia 07 de maio do corrente ano, devido a grave acidente automobilístico que vitimou amigos da família. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/09. Autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Peteca, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 150/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Federação Paranaense de Peteca - FEPPE, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/09, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade Pública a Associação dos Agricultores Santo Antonio do Passo Grande II do Município de Cândói, com sede em Cândói e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Está em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.** Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores nativas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças) em todo o Estado do Paraná, na forma que menciona. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CMA E CAICTM. COM EMENDA DA CAICTM. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 190/08

P A R E C E R :

O presente projeto pretende assegurar aos proprietários rurais o direito de explorar economicamente a madeira de árvores naturais nativas vítimas de causas naturais (ventos, tempestades, raios, doenças), após liberação do órgão competente.

Iniciando seu trâmite nessa Casa de Leis, o projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça. Na sequência foi remetido à Comissão de Agricultura, oportunidade em que se efetivou baixa em diligências para que a SEMA e o IBAMA se manifestassem sobre o assunto. Como resposta foi enviado Ofício de nº 388/08, enviando cópia de Resolução Conjunta IBAMA/SEMA/IAP nº 007/08, concluindo pois que o projeto merece prosperar, ante estar em plena sincronia com a Resolução citada. A Comissão de Agricultura houve por bem então formular emenda modificativa ao projeto, que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, sendo remetido para esta presente comissão.

Pois bem, a esta comissão compete analisar a proposta do ponto de vista da proteção ao meio ambiente, é dizer, analisar a proposta do ponto de vista da proteção ao meio ambiente, é dizer, analisar se a atividade humana a ser implementada poderá, por qualquer forma, interferir ou alterar o meio ambiente. E partindo dessa premissa, é de se constatar que, conforme a própria Secretaria de Estado, o projeto não prejudicará o meio ambiente e mais, pelo caráter social presente, tenderá a propiciar um aproveitamento por parte da população rural. Na mesma senda, a natureza como um todo será de fato preservada.

Por ser assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto, visto que não existem riscos de depredação.

Sala das Comissões, em 01/04/09.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/09, de autoria da Deputada Beti Pavin, que declara de utilidade pública estadual a AAEK - Associação Assistencial Evangélica Koynomia, com sede e foro no Município de Piraquara. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 547/08, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que altera e estende os benefícios da Lei nº 15758 de 27/12/07 aos créditos de natureza não-tributária, nos termos da Lei Federal nº 4320/64. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 153/08, de 16/12/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 547/09

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei ora sob discussão pretende alterar a Lei nº 15758/07, que trata do parcelamento de débitos junto ao Tesouro Estadual. Pois bem, as alterações são as seguintes:

- a) dilatar para 60 vezes as parcelas, ao invés das atuais 36;
- b) retirar do artigo 5º o termo Tribunal de Contas, substituindo-lo pela expressão órgão competente.

Fundamentação

O projeto proposto busca alterar lei ora em vigor em nosso Estado. Cumpre dizer que essa lei também foi fruto de propositura advinda de Parlamentar Estadual. Assim e na medida em que não se altera materialmente o objeto da lei vigente poder-se-ia concluir, de plano, que a legitimidade está consoante se lista na regra constitucional. Entrementes, opta-se pela transcrição dos artigos correlatos ao tema, iniciando pela Constituição do Estado do Paraná, que assim dispõe:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

IV - dívida pública, abertura e operações de crédito;

Assim, afere-se que a legitimidade está conforme o exigido pela Constituição do Paraná.

Do Objetivo Material

Sob o ponto de vista material a proposta trata de alargamento do número de parcelas para pagamento de créditos não tributários junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pois bem, por se tratar exclusivamente de parcelamento não há que se cogitar de renúncia ou

redução de receita, mas tão somente da ampliação do prazo de quitação final. Ou seja, o Estado irá receber o crédito, de modo integral, afastando assim ideia de diminuição de entradas aos cofres públicos, o que seria por certo ilegal à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ainda no mesmo lance é de se dizer que não está a se cogitar de crédito tributário porventura englobado pela Lei nº 4320/64, mas apenas de créditos de cunho não tributário, pelo que se destaca que não está concedendo benefício fiscal.

Conclusão

Após o exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 06/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
AO PROJETO DE LEI Nº 547/08

P A R E C E R :

O presente projeto, de autoria do Deputado Artagão Júnior, tem por objetivo alterar e estender os benefícios da Lei nº 15578/07 aos créditos de natureza não-tributária.

Pois bem, em seu trâmite regimental, este projeto foi aprovado na CCJ, atestando assim sua legalidade e constitucionalidade. Como bem se sabe cabe a esta Comissão se manifestar sobre a proposta visto pelo ângulo das finanças do Estado, embasando-se principalmente na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No caso que ora se debate é de se atentar que inexistirá impacto financeiros, visto que apenas se busca alargar o número de parcelas, bem como modificar o órgão competente para fiscalização da cobrança. Resta incontestado que o montante será recolhido, apenas em situação diferente da ora em vigor no Paraná, não trazendo pois, prejuízo aos cofres públicos.

Sendo assim, e analisando o projeto sob o enfoque da Lei nº 4320/64 e da Lei Complementar nº 101/00, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 06/05/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/09, que dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. (Publ. no DA nº 014/09, de 09/03/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 073/09

P A R E C E R :**Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei nº 073/09 de autoria o Poder Executivo, tem por escopo dispor sobre o efetivo da

Polícia Militar do Estado do Paraná, de que trata a Lei nº 15949, de 24/09/08, fixando em 21.880 (vinte e um e oitocentos e oitenta) militares estaduais.

Competência e Previsão Legal

A Constituição do Estado do Paraná no artigo 66, inciso III, assevera a competência privativa do Governador de Estado, a iniciativa de leis que dispõe sobre organização da Polícia Militar.

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado às leis que disponham sobre:

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre a matéria tratada, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador - Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição (grifo nosso).

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e o Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão (grifo nosso).

Assim, o Governador possui competência legislativa e administrativa, para iniciar projetos de lei, bem como, leis ordinárias.

O Governador do Estado do Paraná, apresentou o impacto orçamentário financeiro, no Anexo 2 do projeto de lei, conforme determina o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00, que estabelecem as ações governamentais que acarretem aumento de despesas.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário - financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (grifo nosso).

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através da prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de Lei Estadual, bem como, impacto orçamentário - financeiro, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia, federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto de lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 24/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 073/09

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como objetivo alterar as Leis nºs 15949/08 (fixa o efetivo da Polícia Militar do Paraná) e 6774/76 (Lei de Organização Básica da PMPR), com escopo de aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado, criando a Companhia Independente de Policiamento e Operações de Fronteira - CIPOFron.

Distribuída a esta comissão para a análise do mérito da proposição, em atendimento ao que dispõe o artigo 33, parágrafo 9, visto que a Comissão de Segurança Pública é competente para manifestar-se sobre as proposições relativas à Polícia Militar e Polícia Civil, assim como referentes à ordem e à segurança pública, conclui-se pelo grande valor da implementação da medida pretendida, consolidada na criação de companhia voltada exclusivamente para o policiamento da fronteira.

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta pela aprovação, exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) MAURO MORAES - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 073/09

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 073/09, em análise, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça ao examinar o projeto de lei em apreço emitiu parecer favorável.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, avalia que a proposição visa fixar em 21.880 militares estaduais o efetivo da Polícia Militar.

O Poder Executivo, através da Secretária de Estado da Administração e Previdência, apresenta apenso ao projeto de lei, estimativa do impacto orçamentário-financeiro, em respeito à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Diante do exposto, esta comissão manifesta parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29/04/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (**Para discutir**)

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Sempre pedimos aos Governos, tanto Estadual como Federal, que deveriam ter um melhor patrulhamento nas divisas do nosso País, porque é pelas divisas que entram as drogas. É pelas fronteiras, pelos portos, aeroportos que entram as drogas e armamentos que param nas mãos dos marginais.

Recentemente aprovamos uma mensagem do Governo do Estado, aumentando o efetivo da Polícia Militar para instalação da Companhia Independente em Umuarama. E agora o Governo manda uma mensagem para esta Casa para criar a Companhia Independente em Guaíra, e leva o nome de Companhia Independente da Fronteira. O total de contingente seria de 282 policiais entre Soldado até Major. Existe um erro de redação técnico-legislativo nessa lei. Vamos até entrar em contato com a Liderança do Governo, não que não possamos aprovar da forma como está, e somos amplamente favoráveis, mesmo porque Guaíra é o Município que representamos nesta Casa. Não existe como o Governo aumentar o efetivo da Polícia Militar por decreto. Só pode aumentar através da lei. E quando votamos a Lei nº 15949, que virou sancionada pelo Governador dia 24 de setembro de 2008, ele aumentou o efetivo para 21 mil 589. Antes dessa lei o efetivo era 21 mil 342, aumentou em 256 policiais, indo para 21 mil 598 policiais.

Agora vejam o que o Governo diz nessa lei: “O efetivo da Polícia Militar, que trata a Lei nº 15949, fixa em 21 mil 888 agora”. Correta a redação. Vejam o que o Governo fez lá no artigo 6º: “Esta lei entra em vigor na data de sua publicação ficando revogada a Lei nº 15949”. Automaticamente, estaria revogando também tecnicamente a criação desses 256 novos cargos na Polícia Militar. É importante que se diga que no artigo 1º dessa lei diz que fica fixado em 21 mil 880. E nos anexos fecha em 21 mil 880. Mas existe um erro técnico, não sei de que forma vai se consertar isso, porque a Companhia

Independente foi criada através do decreto governamental, através do Decreto nº 3831, de 19 de novembro de 2008. Ele utiliza a Lei nº 15949 para criar essa Companhia. Só que um alerta tem que ser feito também, que essa Companhia que ele cria em Guaíra, de imediato seria uma companhia formada por 60 policiais. E esses 60 policiais seriam deslocados de outras unidades e, gradativamente, ele iria preencher os demais cargos dentro das necessidades.

Necessidade temos urgente! Acho que o Governo precisa urgentemente fazer esse concurso e não realocar Soldados, Praças ou mesmo Oficiais de outras unidades, porque se ele vai compor a Companhia em Guaíra, vai realocar e vai tirar de algumas outras unidades. Se temos poucos policiais, Deputado Romanelli, o que vai acontecer? Vamos diminuir ainda mais policiais em outros quadros.

Então, é lógico que se cria essa Companhia Independente, formada por 282 policiais, entre Praças e Oficiais, e é importante para a nossa região, porque lá no lago de Itaipu, todos sabemos, principalmente o Deputado Dobrandino, o Deputado Ademir Bier, o Deputado Elton Welter, enfim, os Deputados lá da Região Oeste, como todos nós sabemos, que as drogas e o armamento entram pela fronteira, e o lago também é utilizado para levar para o lado do Paraguai os objetos roubados aqui. É uma questão que defendemos desde o primeiro dia do meu mandato, Deputada Rosane.

O lago de Itaipu foi fechado no final de outubro de 1982. Com o fechamento do lago de Itaipu, imediatamente, aumentou a criminalidade da nossa região. Desde aquela época, quando vim aqui, Deputado Scanavaca, 1981, sempre disse que a nossa região tinha que ter um tratamento diferenciado. Instalou-se a Patrulha Rural, naquela época. Começou lá no Oeste a se instalar na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Depois, foi para os outros Municípios, como Guaíra, Mercedes, Santa Helena, Missal, Itaipulândia, Foz do Iguaçu, Santa Terezinha, enfim, todos os Municípios que fazem parte, que perderam área de seu território para a formação do lago de Itaipu. Depois, a Patrulha Rural foi instalada no Paraná inteiro e, atualmente, praticamente não funciona mais. Pelo menos que seja do meu conhecimento, a Patrulha Rural não existe mais.

Voltando a falar sobre a constitucionalidade deste projeto, existe um erro técnico, Deputado Romanelli. Temos que ver de que forma vamos acertar. Está errado? Não, não está errado, porque o artigo 1º fixa o número de policiais em 21 mil 880. Só que o erro que existe é que ele revoga uma lei que criou 156 cargos, agora, pela mensagem, cria 282 cargos. Somando 282 cargos com os existentes antes da criação da Companhia em Umuarama, teríamos um efetivo bem menor, porque tínhamos 21 mil 342. Somando com 282, teríamos um efetivo da Polícia Militar de 21 mil 624 e não 21 mil 880.

Então, só essa observação que gostaria de fazer nesse projeto. Precisamos aprová-lo o mais rápido possível, porque a nossa região precisa dessa Companhia Independente, mas que não venhamos, de repente, a aprovar uma lei que, possa amanhã ou depois, o Governo não possa cumpri-la porque existe um erro técnico na redação da lei.

Vamos falar, depois, com a Liderança do Governo, com a assessoria técnica, com a nossa assessoria, se precisa, se cabe uma emenda ou não, se revoga parte da lei, para que esses 256 cargos, que foram criados no ano passado, em 2008, não podem ser revogados. Caso contrário, podemos criar um impasse para implantação, talvez, da própria Companhia de Guaíra. Seria essa a colocação que queria fazer, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Ah, o Elio Rusch é contra!” Pelo contrário, somos favoráveis! Queremos que seja aprovado o projeto e instalada, o mais rápido possível, lá na Cidade de Guaíra, essa Companhia Independente da Fronteira do nosso Estado.

A Sra. Presidente (**Cida Borghetti**)

Próximo orador inscrito, para discutir, com a palavra o Sr. Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sra. Presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa.

Pedi para discutir o projeto, porque tinha as mesmas dúvidas do nosso líder da oposição com relação ao artigo 1º e ao artigo 6º, mas me parece que o Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, poderá nos explicar tecnicamente como será feita a correção dessa questão. Mas, já aproveito para dizer que hoje foi um dia muito especial na Assembleia Legislativa, pelo fato de termos dois Parlamentares falando sobre um tema que eu gostaria de dizer e que tem a ver com esse projeto. O Deputado Douglas Fabrício falou sobre responsabilidade e função de cada Parlamentar, e o Deputado Professor Lemos também falou sobre isso. Disseram que um Deputado não é eleito somente para entregar ônibus, ou para estar presente em inauguração de obras, mas principalmente a responsabilidade de um Deputado, eleito pelas mãos do povo, é justamente apontar quais são as reais necessidades da nossa sociedade e dizer ao Governo do Estado: sim, estamos precisando de ônibus, de ambulâncias e essa questão de policiais.

Vou votar favoravelmente. E como Deputado de Oposição, tenho a humildade de dizer que o Poder Executivo, mandando essa mensagem à Assembleia Legislativa, está fazendo algo extremamente correto. Há muito tempo, aqui na Assembleia Legislativa, estamos cobrando um maior efetivo. A Oposição fala por diversas vezes, aqui desta tribuna, que precisamos imediatamente aumentar o efetivo da Polícia Militar e da Polícia Civil em todo o Estado do Paraná, bem como melhorar também os seus respectivos vencimentos, valorização profis-

sional. Essa é a nossa função. Somos de Oposição, mas uma Oposição responsável.

Quando se fala da Companhia Independente de Policiamento e Operação de Fronteira, é de grande necessidade. Mas gostaria, inclusive, de aumentar aqui o debate, ampliar a discussão, dizendo que projetos como esse seriam bem-vindos se viessem com mais frequência à Assembleia Legislativa, porque precisamos aumentar o efetivo, não somente na fronteira. Hoje vamos aprovar esse projeto, essa lei, para que isso ocorra em todo o Estado do Paraná. Na região dos Campos Gerais o nosso efetivo continua praticamente o mesmo desde os anos 80. Precisamos de aumento de efetivo imediatamente, na Região Metropolitana, na região de Londrina, na região de Maringá, na região do meu amigo Douglas Fabrício. O Douglas trabalha, briga tanto, luta tanto e reivindica por aumento de efetivo em Campo Mourão. Enfim, fazemos a nossa parte. O Governo do Estado, mandando essa mensagem, já está começando a nos ouvir. E isso é importante, o trabalho da Assembleia Legislativa está começando a ser reconhecido. E essa é a real finalidade do nosso mandato.

Portanto, vou votar favoravelmente, só aguardando o pronunciamento do Líder do Governo com relação a essa questão técnica, muito bem levantada pelo nosso Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui esclarecer e tranquilizar, Deputado Elio Rusch e Deputado Marcelo Rangel, em relação ao teor do projeto de lei. Quando V. Exa., no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, ou da Comissão de Finanças, levantou essa preocupação, esse tema, já foi levado ao meu conhecimento. E eu conversei com o Comando, com o Estado Maior da Polícia Militar, justamente no sentido de poder esclarecer isso. E ao lermos a lei, Deputado Elio Rusch, vamos poder verificar, o projeto de lei, melhor dizendo, 73/09, que diz o seguinte: *O efetivo da Polícia Militar, que trata a Lei nº 15949 - que é a lei a ser revogada - 24 de setembro de 2008, fica fixado em 21 mil 880 militares estaduais.* Diz o artigo 2º: *O efetivo constante do artigo anterior será distribuído, pelos postos e graduações previstos na Polícia Militar, nas formas dos Anexos 1 e 2 desta lei, denominados respectivamente Resumo dos Quadros de Oficiais e Resumo dos Praças, por qualificação policial militar geral.* Ainda fala do efetivo dos Praças Especiais, que seja viável, enfim, complementa.

Na página 22, V. Exa. poderão verificar o anexo a que se refere o artigo 2º, no Resumo do Quadro de Oficiais, dos Praças por qualificação policial militar geral. Então, os anexos 1 e 2 se referem ao artigo 2º, onde se distribui justamente o total dos 21 mil 880. O que ocorre, não só nesta vez, como em todas as outras leis, a

revogação da lei anterior, por conta que a nova lei que está sendo aprovada, sancionada pelo Governador do Estado, passará a vigorar com a distribuição de cada um dos policiais militares, de acordo com sua patente, dentro dos quadros de Oficiais e de Praças. Incorpora a criação justamente dessa Companhia. Independente de policiamento e Operações de Fronteira, que é indiscutivelmente uma inovação para garantir a Segurança Pública, naquela área que é corredor de passagem do tráfico de drogas, do contrabando, do descaminho, ou seja, de tantas questões que são altamente preocupantes, por conta da fronteira com os Países vizinhos. Uma área que é frágil, do ponto de vista das atuações, da atividade do Estado. Deveríamos ter uma presença maior - é uma opinião minha - do Exército Nacional naquela área de fronteira e certamente diminuiríamos tanto quanto aquela área vulnerável. Porque não há como a Polícia Federal, pelo efetivo que tem, conseguir cobrir toda aquela área, que seria importante, se pudéssemos, ter as Forças Armadas, patrulhando melhor. Não é isso que acontece. Há um esforço, mas não é isso o que acontece.

Dizer, Deputado Elio Rusch, que recentemente pude ser o paraninfo, em Cornélio Procópio, do 18º Batalhão, da turma que se formou, de 39 novos policiais militares. Como também dos 38 que se formaram, em Paranavaí, em Jacarezinho, como foram se formando pelos Batalhões da Polícia Militar. Talvez V. Exa. não saiba, agora recentemente formamos mais mil e poucos policiais em todo o Estado do Paraná. O Governo fará novas Escolas de Polícia. Temos que repor e acrescentar novos policiais. Não podemos, em função da importância da Cidade de Guaíra, desse batalhão, dessa Companhia Independente de Fronteira, não dá para esperar formar novos policiais. É necessário que possamos ter um contingente e essa Companhia Independente já formada imediatamente, no sentimento de poder promover a Segurança Pública necessária.

Por isso, pedimos a aprovação de todos desta Casa, ressaltando que a preocupação de V. Exa. é válida. Fizemos as consultas e é dessa forma mesmo. A Polícia Militar está segura em relação a isso. Ela disse que dobraria o efetivo se não revogassem a lei anterior. Foi essa a explicação. A inteligência dos artigos demonstra isso. Entendo que prestadas as informações por aquele que é o maior interessado, esta Casa cumpre o seu papel em aprovar essa lei.

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu estava prestando atenção nesse projeto, na parte do armamento que essa Companhia vai receber. É um armamento maior do que quase um quartel. O que eles vão receber, só de

armamento: 15 metralhadoras, 10 carabinas, 15 carabinas táticas, 10 fuzis, dois fuzis; viaturas: 20 de grande porte 4x4, cinco viaturas leves, dois caminhões 4x4, 15 motocicletas e cinco barcos blindados de porte médio. Dá para começar uma guerra. É maior que algum batalhão. Na verdade, deviam criar um batalhão novo mesmo. Isso é equipamento para um batalhão novo!

E, ao mesmo tempo, aproveitar a oportunidade para lembrar que recentemente foi criada a Companhia Independente de Castro. Recentemente se criou a Companhia Independente da Cidade de Telêmaco Borba, onde também se tem um número de policiais. A Cidade vive um momento de aumento da população em função da questão da Klabin, e agora recentemente foi criada essa Companhia Independente, e ela deixou de pertencer à Cidade de Ponta Grossa. No momento que ela foi criada se diminuiu as atividades do 1º BPM de Ponta Grossa. Isso também foi feito.

Acho, Srs. Deputados, que precisaríamos trabalhar uma forma de fazer com que o policial pudesse não mais fazer bico, acabar com o bico e se oficializar para que ele ganhe um pouco a mais nesse período, ao invés de trabalhar para o cara da loja, para cobrar uma conta, uma investigação por conta. O Governo podia achar uma forma de fazer com que esse policial trabalhasse um pouco mais e ganhasse um pouco mais. Acho que esse é o caminho. Se conseguirmos pagar um pouco mais o policial, no sentido de àquela hora em que está fazendo bico ele possa trabalhar, quem ganharia seria o Estado, a Segurança. Naquelas 36 horas que ele vai descansar, que ele trabalhasse a metade, daria para dobrar o nosso contingente militar.

Fica essa sugestão, mas fica o registro aqui. Parabéns à região de fronteira. Estão mandando para lá equipamentos que dá para começar uma guerra como a do Iraque.

Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Encerrada a discussão.

Em votação o projeto. **Aprovado.**

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/09, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2009. Resolução nº 003/04. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2009, conforme Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Plauto Miró, Francisco Bühner, Edson Strapasson e Ribas Carli Filho.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
PROPOSIÇÃO Nº 031/09

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a Proposição em tela, que trata do relatório do movimento de créditos para atender ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de abril de 2009, regulamentados pela Resolução nº 003/04, de 15/03/04.

Após exame da matéria em epígrafe, do movimento relativo aos créditos para atender essas despesas, entendo que as referidas contas encontram-se dentro das normas de sua regulamentação, atendendo a legislação em vigor, merecendo sua aprovação dada a sua exatidão.

Assim sendo, conclui este Relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável. Aprovado.

Sala das Comissões, em 05/05/09.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1994, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sra. Presidente, estou retirando o requerimento. Faço a retirada oficialmente.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Pois não. **Retirado, portanto, pelo autor.**

Requerimento nº 2110, de autoria dos Deputados Plauto Miró, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Antonio Belinati, Elio Rusch e Marcelo Rangel, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação do requerimento, embora tenhamos que reconhecer que muito provavelmente vai durar mais de 30 dias para poder dar toda essa informação requerida. Entendo que há prazos aqui em que a APPA depende dos prazos dos Cartórios de Registro de Imóveis.

Então, muitas vezes vai depender da informação de terceiros, e quando envolve informação de terceiros, normalmente não se trabalha com prazo regimental.

Fazemos esta ressalva, apenas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Quero agradecer ao Deputado Romanelli pelo fato de ser bem generoso em aprovar este requerimento, mas nas verdade acho que a APPA pode aprovar nos 30 dias. E se ele não consegue, por acaso, pode pedir a prorrogação, mas comunique ao menos à Assembleia, para que não aconteça o que aconteceu com a COHAPAR e a Secretaria dos Transportes, em outros pedidos.

Tenho certeza, Deputado Romanelli, de que todo patrimônio que existe na APPA - e estão aí dois Deputados que foram Secretários dos Transportes, Nelson Justus e Waldyr Pugliesi, que com muita propriedade dirigiram muito bem essa Secretaria - a APPA deve ter o seu Departamento de Patrimônio e é só informar à Assembleia. Não precisa nem recorrer ao Registro de Imóveis.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2143, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar favoravelmente ao requerimento de pedido de informações, até porque indiscutivelmente é um tema da maior relevância ao ensino público universitário do Estado do Paraná.

Aliás, encaminhando aqui o tema, outro dia eu li, como todos, uma decisão por conta de uma manifestação da Polícia Rodoviária Federal, de poder, de fato, ter ela o monopólio das rodovias federais que, aliás, transferiu para o Estado fazer a manutenção, que acabaram pedagiadas.

E o interessante é o seguinte: eu gostaria de ver também uma ação por parte do Governo Federal de poder obrigar que as universidades estaduais do Paraná, que nos custam muito do ponto de vista da sociedade paranaense, que custa para o orçamento do Estado, pudessem também ser federalizadas, porque o interessante é que as rodovias federais, não sei se por conta das multas que são aplicadas, ou exatamente o quê, a Polícia Rodoviária Federal quer, eu gostaria que o Governo Federal quisesse também federalizar as universidades estaduais. Não que eu ame essas universidades, não admire a gestão dessas universidades, mas eles poderiam ajudar a pagar essa conta, que é uma conta elevada que todos nós pagamos. Mas, coloco isso no sentimento que entendo que a Secretaria do Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia deve, de fato, promover a resposta para poder informar esta Casa o conjunto de ações que estão sendo feitas, inclusive na ampliação do número de vagas, da criação de cursos.

Entendo que esse requerimento do Deputado é absolutamente interessante, até porque muitas vezes falta, de fato, uma divulgação mais eficiente. Outro dia eu vi um jornalzinho da Secretária Lygia, mas poderia ser melhor empregado do ponto de vista das informações, em relação àquilo que está sendo feito, efetivamente, promovido pelo Governo em termos de ampliação do número de vagas.

Quero encaminhar favoravelmente o pedido do Deputado Douglas Fabrício.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Para encaminhar o Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

O Deputado Romanelli tem razão, realmente estamos pedindo algumas informações para saber quantos cursos de graduação foram criados nas faculdades estaduais, nos últimos anos. Peço do ano de 2002 para cá. Em que faculdades foram criados os cursos, enfim.

O Deputado Romanelli tem razão, o Paraná investe muito dinheiro público para ajudar na formação dos seus quadros, das pessoas em universidades, tanto faculdades estaduais, quanto universidades estaduais, que temos duas universidades federais aqui no Paraná.

O Deputado Romanelli tem razão quando fala que o Governo Federal poderia pegar mais dinheiro do orçamento público federal e investir em cursos superiores aqui no Paraná. Assim como faz lá no Rio Grande do Sul, que tem cinco universidades federais, por exemplo.

Então, quando se fala em arrecadação na rodovia federal, daí o Governo Federal não quer que venha dinheiro para o Paraná. Agora, nas universidades estaduais, ele não se manifesta. V. Exa. tem razão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Está em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2129 a 2131, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Adiados por uma Sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O autor, na verdade, poderia fazer um pedido de informações, porque embora a Mesa tivesse alguma dificuldade aqui, do ponto de vista de esclarecer à assessoria, entendo que prestação de informações também significa pedido de informações. Faço esse questionamento porque vejo esse pedido como pedido de informação. Regimentalmente cabe aqui dois pedidos de informações. Obviamente como o Regimento é muito explícito nisso, entendo que o pedido de informação aqui cabível é ao Secretário da Saúde do Estado do Paraná. O outro pedido de informações não pode ser formulado à uma autoridade, no caso do Ministro da Saúde, como pedido de informações. Daí, por óbvio, a linguagem tem que ser outra.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

V. Exa. aqui na súmula, diz encaminhamento de ofício.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

No teor do requerimento ele fala: (**Procede à leitura do expediente**)

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Informo a V. Exa. que vai ser encaminhado em forma de ofício.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Pela Ordem**)

Sra. Presidente, talvez eu possa esclarecer, vi que é um pedido do Deputado Ademar Traiano. Se for enviado, eu tenho feito isso em relação à Secretaria da Saúde, se for enviado um ofício direto do gabinete do Deputado para o Secretário Gilberto Martin, com certeza o Deputado obterá resposta sobre essa questão. A minha sugestão, a título de contribuição, até porque tenho feito muito isso, é que o Deputado mande protocolar diretamente na Secretaria esse ofício.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Agradeço ao Deputado Ney, que é o Presidente da Comissão de Saúde desta Casa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para concluir o meu relacionamento. A Mesa interpreta e respeito a decisão da Mesa. Então, o autor tem que retirar o requerimento ao Governador e mantém ao Secretário e, se quiser, ao Ministro. Se o Ministro quiser responder, ele vai responder. Se é ofício, ofício não é requerimento de pedido de informações.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

O autor não está presente neste momento na Sessão. A Mesa me informa que possível deixar os três requerimentos para a votação do dia de amanhã. Então, volta para a pauta de amanhã. **Adiados por 01 (uma) Sessão.**

Requerimento n° 2114, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2154, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sra. Presidente, entendo que o requerimento do Deputado Ney Leprevost pode ser encaminhado via fax, inclusive, ou por e-mail à Junta Comercial do Paraná, que tem a cópia das atas que são feitas pelas sociedades anônimas do Estado. E a Paraná Ambiental é uma sociedade anônima. Então, penso que o Deputado Ney Leprevost poderia mandar um fax para o Julio Maia, que poderá...

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Não vejo problema nenhum. Atendo a retirada, vou encaminhar via ofício para a Junta Comercial, mas aproveito para pedir ao Deputado Romanelli, talvez ele possa, verbalmente, amanhã nos trazer um esclarecimento. Peço ao Deputado, com toda educação e respeito que tenho por V. Exa., que procure se informar e traga para nós a informação, se procede a notícia de que o Governo do Estado estaria disposto a vender a Paraná Ambiental Florestas, porque essa é uma notícia preocupante, já que a Paraná Ambiental é a segunda maior gleba de terras do Estado do Paraná, inclusive tem mais de 6 mil hectares de mata nativa aqui no Litoral do Estado. Se o líder puder nos trazer essa informação, mesmo que verbalmente, ficaremos muito gratos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nunca ouvi nada sobre isso. A mim parece que não é uma linha de ação do nosso Governo vender absolutamente nada. Mas vamos checar essa informação.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Retirado, a pedido do autor.

Requerimento nº 1998, de autoria do Deputado Nelson Justus, com apoio dos Deputados Antonio Belinati, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Quem é o autor?

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Nelson Justus e mais 20 Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Tive o prazer e o privilégio de assinar esse requerimento. Até porque o nosso rubro-negro, Campeão Paranaense, para nós atleticanos foi um motivo de muito orgulho.

Entendo que esta Casa deve parabenizar formalmente o Clube Atlético Paranaense e sua diretoria.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (**Para Encaminhar**)

Apesar de ser coxa branca vou encaminhar favoravelmente, visto que o Atlético sempre nos dá alegria.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Está em votação o requerimento.

Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1992 e 2084, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2011, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2012, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Esse tema, na verdade, que envolve a política ambiental no Estado do Paraná, especialmente o novo Código Florestal do País, é um tema absolutamente importante para considerarmos que vivemos numa época que há uma grande preocupação da sociedade em relação à preservação, mais do que tudo, a sustentabilidade do meio ambiente. O Deputado Reni Pereira, entendo que ele está fazendo uma provocação a todos aqueles que defendem o meio ambiente sustentável, do ponto de vista da manutenção e recuperação dos biomas que têm sido tão maltratados por nós todos enquanto sociedade.

Ao mesmo tempo, o Estado de Santa Catarina aprovou, de forma absolutamente ilegal, entendo como uma provocação a discussão uma legislação estadual que contraria frontalmente a legislação federal em relação à questão que envolve a reserva legal, que envolve a proteção dos mananciais, que envolve a questão específica à mata ciliar.

Entendo que esse tema, na verdade, não pode ser tratado de forma apaixonada, porque é um tema tão sério que temos a responsabilidade das futuras gerações, um mundo melhor do que esse que recebemos.

Ao mesmo tempo, entendo que o tema deve e pode ser debatido. Não acho que devamos ter uma posição obscurantista de poder trazer à luz que tipo de interesse estamos tratando. Porque uma coisa é querer preservar os interesses do agronegócio, e de fato o agronegócio tem que pagar um preço em relação ao meio ambiente. O outro é quando estamos tratando da inviabilidade da agricultura familiar, muitas vezes por conta da aplicação da legislação em função daquilo que já existe e que é motivo para poder dar sustentabilidade, mais do que tudo no caso econômico e social, num Estado como o nosso, que tem tantas pequenas propriedades.

Nesse aspecto entendo que o requerimento do Deputado Reni Pereira tem o condão de fada de provocar o debate, que já está acontecendo nacionalmente.

Dessa forma que já está formulado o requerimento, ou seja, pela iniciativa da discussão, entendo que nesse aspecto vale a pena. Toda discussão é válida e esta Casa pode também discutir o tema e se aprofundar em relação às demandas da sociedade paranaense, respeitar o meio ambiente, e ao mesmo tempo respeitar a questão que envolve a viabilidade econômica das propriedades rurais do Estado, especialmente das pequenas e médias propriedades, mas ao mesmo tempo, claro, com o foco de preservar o meio ambiente e não desrespeitar a legislação federal.

O Presidente Lula fez uma prorrogação do decreto de entrada em vigência do novo Código Florestal que modifica essa relação. O prazo vence, se não me falha a memória, em outubro ou novembro. Haverá uma alteração por parte do Congresso Nacional. Agora, a provocação, do ponto de vista do debate, é válida mesmo. De um lado não dá para se ter uma posição extrema, muitas vezes defendida pelos ambientalistas, e eu me considero. De fato, tenho que ter esta preocupação, ao mesmo tempo, para que possamos, de fato, discutir serenamente o tema.

É isto. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli faz uma *mea culpa*, que é justamente isto o que tentamos provocar nesta Casa. É a discussão se o Paraná não tem que tomar a coragem que o Estado de Santa Catarina teve. Deixei bem claro que sei que o Código de Santa Catarina, o Código Ambiental, deverá, nos próximos dias ser declarado inconstitucional, como de fato é, mas não restam dúvidas de que com esta coragem que os legisladores de Santa Catarina, que o Governador de Santa Catarina teve, efetivamente vamos ter uma aceleração do ponto de vista do debate, da legislação ambiental em todo o Brasil.

Mas, eu também fiz uma *mea culpa*, e atendendo um pedido da Deputada Rosane Ferreira, do PV, do meu bloco e também do Líder do Governo, mudei o *caput* do requerimento tirando, embora toda a justificativa e o corpo do requerimento justificativa que não estávamos entrando no mérito do Código de Santa Catarina, se era bom ou ruim, mas pela coragem. O *caput* dizia que era um voto de louvor ao Governador pela aprovação. Então poderia, realmente, soar como se nós aplaudíssemos na íntegra o Código de Santa Catarina. Não. O que nós aplaudimos e vamos aplaudir sempre, de pé, é a coragem que os legisladores e o próprio Governador tiveram.

Então, o voto agora não é mais ao Governador. É ao Estado de Santa Catarina, pela coragem do debate. E é justamente isto o que o Deputado Luiz Claudio Romanelli falou: esta Casa não pode fugir deste debate. É um debate que desgasta? Desgasta. Principalmente quando o Deputado Luiz Claudio Romanelli, certamente numa brincadeira, fez uma afirmação, vazou no microfone, foi publicado num grande jornal e eu recebi centenas de e-mails me criticando. Respondi a todos, dizendo que na verdade foi uma brincadeira e que não era aquilo.

E é realmente isto. É um debate que vamos ter desgaste político, mas vamos fazer aquilo que compete a esta Casa: aprimorar a legislação para que fique mais coerente com a realidade, principalmente do pequeno agricultor. Concordo com o Líder que quem tem grandes propriedades

pode perder 20% da propriedade que não vai fazer falta. De repente vai baixar um pouquinho o investimento na Bolsa, mas o pequeno agricultor perder 20% da propriedade pode significar um descamisado a mais na periferia das grandes Cidades.

E se o próprio Presidente pôde criticar a legislação ambiental, nós também temos este direito, e acho que este dever também. Concordo com o Líder e peço votos pela aprovação, não entrando no mérito do Código de Santa Catarina, mas pela coragem do debate.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Em votação o requerimento. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2063, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 2089 e 2090, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Já que V. Exa. está presidindo a Sessão, apenas para parabenizar a Cidade Canção, Maringá, pelo evento do último final de semana. Não pude participar, porque tenho alguns dias que reservo para a família. E o Dia das Mães sempre fico com a minha família, como no Dia dos Pais, Natal e Páscoa.

Mas, vi pela imprensa e até pela internet, que a festa foi muito bonita em Maringá, e gostaria de lembrar, conversei com a senhora antes desta Sessão, parabenizar o grupo folclórico de Maringá, que é o Grupo Folclórico Germânico, que desfilou e fez sua apresentação magnífica, comemorando os 180 anos da imigração alemã, o mesmo símbolo que tínhamos aqui, por coincidência, e que foi a senhora que presidiu essa Sessão tão bonita. Na Cidade de Maringá existe a colônia alemã, e também fizeram alusão, durante as suas apresentações aos 180 anos da imigração alemã, usando essa logomarca que criamos aqui no Paraná para simbolizar os 180 anos.

Parabéns aos munícipes de Maringá, ao Prefeito Silvio Barros, à toda a comunidade, mas de uma forma muito especial àquele grupo folclórico que esteve lá rememorando e comemorando os 180 anos da imigração alemã no nosso Estado.

Parabéns.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

A população de Maringá agradece as suas belas palavras àquele Município e o Grupo Folclórico Germânico.

Requerimento n° 2105, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2106, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2109, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2115, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2127, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 2128, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2132 a 2135, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2137, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2140, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2141 e 2142, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2145, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 2147, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2117 a 2123e 2150 a 2152, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2175, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento n° 2177, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2178, de autoria do Deputado Dr. Batista, com apoio da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos do Deputado Luiz Fernandes Litro, requerem recurso de Plenário contra decisão pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei n°s 423/08 e 424/08.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sra. Presidente, além de tudo gostaria de consultar V. Exa. se é possível a votação num processo invertido de que os Deputados que rejeitam permaneçam como estão. Porque, Sra. Presidente, esses projetos tiveram parecer unânime contrário da CCJ, e tratam da propositura da criação de núcleos regionais. Lamento profundamente ter que

encaminhar contra, porque é uma Cidade que eu represento, no entanto não há nenhum apoio constitucional para que um projeto possa criar núcleos, senão vamos, cada vez mais, criar fatos dentro da Assembleia Legislativa, que evidentemente vão a veto e colocam a Assembleia numa situação difícil perante as comunidades.

Portanto, por absoluta inconstitucionalidade, encaminho contrário, e gostaria que V. Exa. colocasse o processo em votação no sentido inverso, para que pudéssemos resolver essa questão neste momento.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Como são dois recursos, a Mesa acata o seu pedido e serão colocados em votação. Deputados que rejeitam permaneçam como estão. **Rejeitados os recursos.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n°s 160 e 170/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 190/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 547/08, 073, 186, 193/09 e do Projeto de Resolução n° 012/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 780/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n° 2552, datado de 12/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

determinar, à Diretoria Pessoal a exclusão do desconto do Imposto de Renda na Fonte dos proventos de HONORÁRIO LUIZ COLLA, matrícula n° 505, funcionário estatutário aposentado no cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-11, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, conforme Laudo Médico de n° 019/09, expedido por Junta Médica desta Casa, na forma do artigo 30, da Lei Federal n° 9250/95, e de acordo com

o artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7713/88, com nova redação dada pela Lei nº 11052/04, combinado com o artigo 39 e inciso XXXIII do Decreto Federal nº 3000/99 - Regulamento do Imposto de Renda - e nos termos do artigo 5º, inciso XII, da Instrução Normativa nº 15/01 da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 15/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0959/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4784, datado de 13/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a NERY UMBERTO SGUARIZI, matrícula nº 40502, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-01, com lotação na Coordenadoria de Serviços Especiais, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/02 e 21/12/07. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0994/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5045, datado de 17/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a ROSANGELA MARIA VARGAS KUENZER, matrícula nº 40287, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, com lotação na Diretoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei de nº 6174/70, licença especial de 09 (nove) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante os quinquênios compreendidos entre 21/12/97 e 21/12/02 e entre 21/12/02 e 21/12/07. Os períodos deverão ser marcados pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supra citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29/04/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1063/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2070, datado de 05/03/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder aposentadoria compulsória a WILFRIED KOESTER, matrícula 40003, portador do RG 269393-0/PR e do CPF 114.381.349-91, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-04, de acordo com o artigo 40, parágrafo 1º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, conforme sua opção às fls. 23, com proventos mensais e integrais correspondentes à última remuneração de seu cargo, acrescidos de 05 (cinco) adicionais por tempo de serviço, à razão de 5% (cinco por cento) a cada 5 (cinco) anos, de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, mais 5 (cinco) adicionais nos termos do artigo 171 e parágrafos, da mesma lei, num total de 10 (dez) adicionais, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas desta Casa. Os proventos serão ajustados nos mesmos percentuais e nas mesmas oportunidades em que forem reajustadas as remunerações dos servidores ativos, com a inclusão de novas vantagens concedidas, mesmo em face de modificações ou transformação de cargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 08/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1068/09

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no inciso VIII do artigo 18 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado,

R E S O L V E :

conceder ao Deputado Ribas Carli Filho, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir da presente data.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

PARECER

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista a gravidade do acidente automobilístico ocorrido com o Exmo. Sr. Deputado Ribas Carli Filho no último dia 7 do corrente mês e

a impossibilidade do mesmo solicitar licença para tratamento de saúde necessário, em conformidade com atestado médico e boletins expedidos pelo Hospital Universitário Evangélico de Curitiba, resolve baixar Ato da Comissão Executiva concedendo, provisoriamente, licença para tratamento de saúde, de 60 dias, para o Deputado Ribas Carli Filho, a partir da presente data.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 11/05/09.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0106/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5159, datado de 24/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de PAULO CESAR ABDALLA FESTA, matrícula nº 40873, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-03, 06 (seis) meses relativo ao dobro de uma licença especial a que tem direito, por não não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido ente 21/12/92 e 21/12/97, conforme lhe faculta o artigo 248 da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/05/09.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 0107/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4840, datado de 14/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar contar, em favor de NERY UMBERTO SGUARIZI, matrícula nº 40502, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o tempo de 09 anos, 01 mês e 25 dias (já descontado o tempo em paralelo), para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129 da Lei Estadual nº 6174/70 e conforme assegura a Emenda Constitucional nº 20/88, em seu artigo 4º, referente aos períodos em que exerceu cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, de 07/06/76 a 18/10/79, tempo de 03 anos, 04 meses e

11 dias; exerceu cargo em comissão, símbolo 6-C, de Assessor Parlamentar, de 28/01/80 a 20/04/81, tempo de 01 ano, 02 meses e 22 dias; cargo em comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete Parlamentar do Deputado Estadual Nilson Sguarezi, período de 09/11/83 a 30/12/86, perfazendo 03 anos, 01 mês e 21 dias; exerceu cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Presidência deste Poder, período de 30/12/86 a 31/01/87, perfazendo 01 mês e 01 dia; exerceu cargo em comissão, símbolo DAS-5, de Assessor Técnico, da Diretoria Legislativa, de 01/02/87 a 20/03/89, perfazendo o tempo de 02 anos, 01 mês e 19 dias, conforme Certidão desta Assembleia Legislativa, em anexo; e

2 - mandar anotar em sua Ficha Funcional que, de acordo com a mesma certidão, o funcionário percebeu gratificação correspondente a 50% de seus vencimentos, conforme Portaria nº 375/76, no período compreendido entre 07/06/76 a 01/04/79, perfazendo 02 anos, 09 meses e 24 dias; pelo Decreto Legislativo nº 140/80, percebeu gratificação correspondente a 50% no período 28/01/80 a 20/04/81, tempo de 01 ano, 02 meses e 22 dias; no período de 09/11/83 a 20/03/89, percebeu 100% sobre seu vencimento básico, a título de tempo integral e dedicação exclusiva.

Gabinete da Diretoria Geral, em 04/05/09.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 0108/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5763, datado de 04/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da ParanaPrevidência, o funcionário deste Poder Legislativo, MARCOS ANTONIO GANTZEL, matrícula nº 8761, para exercer atividade de assessoramento, até 31/12/09, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 05/05/09.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 0109/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5902, datado de 06/05/09, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, STELA MARIS AGUIAR MACHADO, matrícula nº 1-614, de 30 (trinta) dias, a partir de 08/04/09, com término em 08/05/09, CID. 10 N 80.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/05/09.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 0110/09

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5127, datado de 24/04/09, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar averbar em favor de OVIDIO LACERDA FERREIRA, matrícula nº 40107, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Médico, nível NUE-02, com lotação na Coordenadoria de Serviços Médicos, o tempo total de 08 anos e 11 meses, já descontado o tempo em paralelo, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201 e parágrafo 9º da Constituição Federal, referente ao tempo em que contribuiu individualmente com o INSS, doc 10966339441, período de 01/01/85 a 31/03/86 (01 ano e

03 meses); contribuiu individualmente, mesmo documento, no período de 01/05/86 a 31/03/88 (01 ano e 11 meses); contribuiu individualmente, doc. 10966339441, no período de 01/12/75 a 31/07/77 (01 ano e 08 meses); contribuiu individualmente com o INSS de 01/09/77 a 31/10/77 (02 meses), doc. 10966339441; no período de 01/12/77 a 31/01/78 (02 meses), doc. 10966339441; no período de 01/04/78 a 31/12/78 (09 meses), mesmo documento; de 01/05/81 a 31/05/81 (01 mês), mesmo documento; de 01/07/81 a 31/07/81 (01 mês), mesmo documento; de 01/10/81 a 31/03/82 (06 meses), mesmo documento; de 01/12/82 a 31/08/83 (09 meses), mesmo documento; de 01/10/83 a 31/12/84 (01 ano e 03 meses), mesmo documento; de 01/06/82 a 30/09/82 (04 meses), mesmo documento, conforme Certidão de Tempo de Contribuição do INSS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/05/09.

(a) ABIB MIGUEL